

Informações periódicas e eventuais em cumprimento aos artigos 6º, 9º, 10, 12, 13 e seguintes da Instrução Normativa CVM nº 481/2009.

Propostas da Administração
CEG

Informações relativas às propostas da administração, que serão submetidas à aprovação na AGO/E da Companhia, que será realizada em 27 de abril de 2017.

Proposta de Destinação do lucro líquido do exercício 2015
CEG

Informações relativas à proposta de destinação do lucro líquido do exercício de 2016, que será submetida à aprovação na AGO/E da Companhia, em cumprimento ao artigo 9º, § 1º, II, da Instrução Normativa CVM nº 481/2009.

O lucro líquido do Exercício correspondeu à: R\$ 290.704.206,99 (duzentos e noventa milhões, setecentos e quatro mil, duzentos e seis reais e noventa e nove centavos).

Foi proposta pela administração da Companhia a seguinte destinação:

- a) R\$ 77.111.515,48 destinados a distribuição como juros sobre o capital próprio (JCP) a todos os acionistas que líquido de imposto representa R\$ 66.572.691,43 (aprovado na AGE em 20/12/2016), em parcela única em 27 de julho de 2017;
- b) R\$ 14.535.210,35 destinados a constituição da reserva legal;
- c) R\$ 126.745.606,22 a serem distribuídos como dividendos a todos os acionistas em duas parcelas, a primeira em 27 de julho e a segunda em 20 de dezembro de 2017.
- d) R\$ 72.311.874,94 a serem contabilizados em Reserva de Expansão.

O percentual do lucro líquido do Exercício a ser distribuído de acordo com a proposta corresponde a 70%.

Não há proposta de distribuição de dividendos com base em lucros de exercícios anteriores a 2016, apurados em balanços semestrais ou períodos menores.

Não houve antecipação de dividendos durante o exercício de 2016 e não haverá retenção de dividendo obrigatório.

A Companhia possui apenas ações ordinárias, não possui ações preferenciais.

Não há incidência de atualização e juros sobre os dividendos e JCP da Companhia.

Terão direito ao recebimento do JCP os acionistas da Companhia que detinham ações em 20/12/2016, e ao recebimento de Dividendos os acionistas da Companhia que detenham ações na data da AGO/E.

Comparativo de valores por ação*	2016**	2015*	2014*
Lucro do Exercício	1,1197058	0,0054767	0,0061803
Dividendos	0,4881862	0,68560000	0,0023895
JCP	0,2970105	0,00087534	0,007001

*Todas ordinárias negociadas em lote de mil ações.

**Ações ordinárias negociadas por unidade, após grupamento de ações realizado em 2016

Distribuição dos Resultados de 2016

Pay Out Preliminar

MR\$	Pay out 2016	Pay out 2017
Resultado após IR e CSL	284,4	290,7
(-) Reserva Legal	(14,2)	(14,5)
Base de Cálculo	270,2	276,2
JCP Líquido	45,5	66,6
Dividendos	35,6	126,7
Total	81,1	193,3
PAY OUT (%)	30%	70%

Informação sobre o Orçamento de Capital

Retenção de lucro para reserva de expansão (R\$ 43.423.542,65)

CEG	Orçamento 2017
Origem dos recursos	464,8
Operacional	718,5
Financeiro	(130,9)
Impostos	(131,9)
Outros ¹	9,2
Aplicação dos recursos	853,9
Dividendos / JCP	193,1
Investimentos	271,3
Vencimento de dívida	389,5
Necessidade de recursos	(389,1)
Captação de recursos	
Disponível	3
Bancos	386,1
Endividamento total	
Inicial (Dez - 2016)	938,3
Final (Dez-2017)	935,3
Variação da dívida 2017	(3)
Endividamento Líquido - Dez-2017	840,2

¹ Principal conta é a variação do caixa

O Estatuto Social da Companhia prevê que: Dos resultados da Sociedade serão inicialmente deduzidos os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda. O lucro líquido do exercício, após a dedução de eventual participação dos administradores, que depende de deliberação pelo Conselho de Administração (o que não ocorreu no exercício de 2016 e, não foi proposto para 2017), terá as seguintes destinações, que apontam as fórmulas de cálculo da reserva legal e dos dividendos obrigatórios:

Reserva legal: 5% (cinco por cento) do Lucro Líquido para reserva legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social integralizado; a reserva legal poderá deixar de ser constituída no exercício em que seu saldo, acrescido da reserva de capital, de que trata o parágrafo primeiro do art. 182 da Lei das Sociedades Anônimas, exceder de 30% (trinta por cento) do capital social.

Dividendos Obrigatórios: 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, do lucro líquido do exercício após as deduções previstas no estatuto, e/ou acréscimos previstos no art. 202 da Lei das Sociedades Anônimas, conforme o caso deve ser distribuído na forma de dividendos a todos os seus acionistas, observada a legislação aplicável e as regulamentações da Comissão de Valores Mobiliários. Tais direitos estão sendo integralmente pagos a todos os acionistas e não houve montante retido, por nenhum motivo.

Eventual saldo remanescente terá a destinação atribuída por Assembleia Geral, que poderá deliberar sua retenção na forma do art. 196 da Lei das Sociedades Anônimas ou sua distribuição aos acionistas.

Proposta de aumento do capital social CEG

Informações relativas à proposta de aumento do capital social, e respectiva alteração do estatuto social, que será submetida à aprovação na AGO/E da Companhia, em cumprimento ao artigo 11 e 14, da Instrução Normativa CVM nº 481/2009.

A proposta da Administração de aumentar o Capital Social da CEG foi apreciada na Reunião do Conselho de Administração realizada em 21/03/2017, aprovando-se o encaminhamento da matéria para aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas, mediante capitalização de parte das reservas de expansão no montante de R\$ 43.423.542,65 (Quarenta e três milhões, quatrocentos e vinte e três mil, quinhentos e quarenta e dois reais e sessenta e cinco centavos), nos termos do art. 199 da lei das S.A. Desta forma, o Capital Social da Companhia passará a ser de R\$ 587.923.363,25 (Quinhentos e oitenta e sete milhões, novecentos e vinte e três mil, trezentos e sessenta e três reais e vinte e cinco centavos), respeitadas as participações acionárias de cada acionista, sem emissão de novas ações, sendo, portanto, necessário proceder a alteração no artigo 4º do Estatuto Social, para que conste o novo valor do capital social.

Como acima descrito, o aumento do capital social será realizado mediante capitalização de reserva de expansão, nos termos do artigo 199 da Lei 6.404/76, que determina que o saldo das reservas de lucros, exceto as para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social. Atingindo esse limite, a assembleia deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos (redação dada pela lei nº 11.638, de 28 dezembro de 2007).

Assim, o aumento do capital social da companhia se dá em atendimento à legislação vigente, sendo necessária apenas alteração do Estatuto Social da Companhia, como acima exposto.

Não haverá emissão, subscrição ou conversão de nenhum valor mobiliário, não havendo captação de recursos no mercado, não se verificando maiores impactos econômicos, além da valorização da Companhia (patrimônio líquido).

As ações da Companhia são todas ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, e não haverá alteração no número de ações, que somam 259.637.732.

A proposta de alteração do Estatuto Social da Companhia, acima descrita, com a alteração proposta em destaque, segue abaixo:

Antiga redação do Art. 4º do Estatuto Social da Companhia (proposta):

ARTIGO 4º - O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 544.499.820,60 (Quinhentos e quarenta e quatro milhões, quatrocentos e noventa e nove mil, oitocentos e vinte reais e sessenta centavos), representado por 259.637.732 (duzentos e cinquenta e nove milhões, seiscentos e trinta e sete mil, setecentas e trinta e duas ações) ações ordinárias, nominativas, escriturais, e sem valor nominal.

Nova redação do Art. 4º do Estatuto Social da Companhia:

ARTIGO 4º - O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 587.923.363,25 (Quinhentos e oitenta e sete milhões, novecentos e vinte e três mil, trezentos e sessenta e três reais e vinte e cinco centavos), representado por 259.637.732 (duzentos e cinquenta e nove milhões, seiscentos e trinta e sete mil, setecentas e trinta e duas ações) ações ordinárias, nominativas, escriturais, e sem valor nominal.

Proposta de Eleição dos Membros da Administração
CEG

Informações relativas à eleição dos membros da Administração e do Conselho Fiscal, que será submetida à aprovação na AGO/E da Companhia, em cumprimento ao artigo 10 da Instrução Normativa CVM nº 481/2009.

Eleição dos Membros do Conselho de Administração

Destacamos abaixo as informações relativas à eleição dos candidatos a Membros do Conselho de Administração, indicados pela administração ou pelos acionistas controladores. Destacamos que o Acionista Fundo de Investimento em Ações Dinâmica Energia (detentor de 8,8% das ações da companhia) e o Acionista Pluspetrol Energy S/A (detentor de 2,2% das ações da Companhia), poderão indicar, cada um deles, 01 representante para integrar o Conselho de Administração, segundo a aplicação da regra do voto múltiplo, caso seja requerida na forma do art. 141 da Lei 6.404/76. O Acionista BNDESPAR (detentor de 34,5% das ações da Companhia) também poderá indicar 01 representante para integrar o Conselho de Administração, segundo a aplicação da regra do voto múltiplo, e mais 03 representantes em conformidade com o Acordo de Acionistas de que é parte, podendo indicar no total 04 membros para integrar o Conselho de Administração da Companhia. Ocorrendo a eleição pelo processo de voto múltiplo o Conselho de Administração da Companhia será composto por 12 (doze) assentos.

Eleição dos Membros do Conselho Fiscal

Destacamos a seguir as informações relativas à eleição dos Membros do Conselho Fiscal, destacando que o Acionista BNDESPAR (detentor de 34,5% das ações da Companhia) poderá indicar 01 representante para integrar o Conselho Fiscal da Companhia, que deve ser instalado com 03 (três) assentos.

Informações dos itens 12.6 a 12.10 do Formulário de Referência

12.6. Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal do emissor, indicar, em forma de tabela: **a.** nome; **b.** idade; **c.** profissão; **d.** CPF ou número do passaporte; **e.** cargo eletivo ocupado; **f.** data de eleição; **g.** data da posse; **h.** prazo do mandato; **i.** outros cargos ou funções exercidos no emissor; **j.** indicação se foi eleito pelo controlador ou não.

INDICADOS AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA CEG								
Nome	Idade	Profissão	CPF/Passaporte	Cargo	Eleição e Posse	Prazo do Mandato	Outros Cargos/ Funções	Conselheiro Indicado pelo acionista controlador
MEMBROS EFETIVOS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO								
Sérgio Manuel Aranda Moreno	55	Engenheiro	060.484.797-19	Presidente do Conselho	27/04/2016	26/04/2017	Não	Sim
Bruno Armbrust	53	Arquiteto	676.200.607-82	Efetivo	27/04/2016	26/04/2017	DIR	Sim
Juan Manuel Otoyá Rojas	49	Advogado	79355999	Efetivo	27/04/2016	26/04/2017	Não	Sim
Francesc Solbes Pons	50	Administrador	AD 603533	Efetivo	27/04/2016	26/04/2017	Não	Sim
Francisco de Paula Lluçh Rovira	68	Advogado	AB855873	Efetivo	27/04/2016	26/04/2017	Não	Sim
Alberto Gonzalez Santos	51	Engenheiro	AAJ689484	Efetivo	27/04/2016	26/04/2017	DIR	Sim
MEMBROS SUPLENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO								
Jorge Henrique da Silva Baeta	55	Administrador	551.773.957-15	Suplente	27/04/2016	26/04/2017	Não	Sim
Carlos Miravent Pi	55	Administrador	PAA084115	Suplente	27/04/2016	26/04/2017	DIR	Sim
Vicente de Angel Zafra	58	Arquiteto	XDA375889	Suplente	27/04/2016	26/04/2017	DIR	Sim

DIR – Diretoria

INDICADOS AO CONSELHO FISCAL DA CEG								
Nome	Idade	Profissão	CPF	Cargo	Eleição e Posse	Prazo do Mandato	Outros Cargos/ Funções	Conselheiro Indicado pelo acionista controlador
MEMBROS EFETIVOS DO CONSELHO FISCAL								
Renato Achutti	58	Engenheiro Mecânico com especialização em finanças	334.651.420-04	Efetivo	27/04/2016	26/04/2017	Não	Sim
Felipe Kfuri Moreira da Silva	43	Advogado	028.532.207-96	Efetivo	27/04/2016	26/04/2017	Não	Sim
MEMBROS SUPLENTE DO CONSELHO FISCAL								
Jayme Antonio Correa de Freitas	65	Contador	273.813.747-49	Suplente	27/04/2016	26/04/2017	Não	Sim
Paulo Andrade Rodrigues	66	Contador	093.083.427-53	Suplente	27/04/2016	26/04/2017	Não	Sim

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários.

Não há comitês estatutários comitês de auditoria, de riscos, financeiro e de remuneração instalados na companhia.

12.8. Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal, fornecer: a. currículo, contendo as seguintes informações: **i.** principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando: nome da empresa; cargo e funções inerentes ao cargo; atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico do emissor, ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor; **ii.** indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

EFETIVOS

SERGIO MANUEL ARANDA MORENO

Presidente do Conselho de Administração

Nascido em Barcelona, Espanha, em 27.01.1959. CPF/MF nº 060.484.797-19. Formado em Engenharia Industrial Química pela Universitat Politècnica de Barcelona em 1990. Atua na área comercial e de análise e desenvolvimento de negócios desde 1989, tendo atuado no Grupo Gas Natural, onde trabalha desde 1982, onde atualmente é Diretor de Negócios.

BRUNO ARMBRUST

Nascido no Rio de Janeiro, Brasil, em 06.02.1961. CPF/MF nº 676.200.607-82. Formado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Gama Filho RJ. Pós graduado em Administração e Finanças pela UFRJ, Master IESE pela Universidade de Navarra (Espanha) e MBA em Direito Empresarial pela FGV. Membro efetivo dos Comitês de Energia e da Gestão da Competitividade da Firjan. Atual diretor presidente da Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro – CEG, empossado em 20/04/2007. Tendo atuado também como Diretor Técnico (1993-1995), Diretor de Planejamento e Relações Institucionais (1999-2001), Diretor Comercial (2001-2004) dentre outras atividades

JUAN MANUEL OTOYA ROJAS

Nasceu em Popayán, Colômbia, em 08.07.1965. Passaporte Nº 79355999, expedido pelo Governo da Colômbia. Formado em Direito pela Universidade La Sabana, de Bogotá, Colômbia. Outros cursos: Universidad de Dundee: Direito, Política e Economia dos Recursos Naturais, com ênfase em Direito Petrolero, Dundee, Escócia, em 1994. Universidad de los Andes, Gestão Pública e Instituições Administrativas, Bogotá, D.C., 1996. INALDE, Programa de Desenvolvimento de Direção, PDD, Bogotá, D.C., 2.000. Ingressou no Grupo Gas Natural no ano 1999 na área de Serviços Jurídicos: Diretor de Serviços Jurídicos e secretário-geral, das empresas colombianas, filiais ou subsidiárias da Gas Natural SDG da Espanha, inicialmente na Colômbia, posteriormente Colômbia e América Central, para o grupo Gas Natural Unión Fenosa e, atualmente, América Latina. Atualmente é Diretor de Serviços Jurídicos para a América Latina.

FRANCESC SOLBES PONS

Nasceu em Barcelona, Espanha, em 10.02.1964. Passaporte AD603533, expedido pelo governo da Espanha. Formado em Ciências Empresariais pela Universidade de Barcelona, MBA pelo Instituto de Empresa (Madri), Executive Master em Direção Econômico-Financeira pelo ESADE (Barcelona) e Formado em Programa de Desenvolvimento Diretivo pelo IAE (Universidade Austral de Buenos Aires). Incorporou-se ao Grupo Gas Natural Fenosa em julho de 1988, onde atualmente ocupa o posto de Diretor Econômico-Financeiro Internacional e, anteriormente, os de Controller de Negócios Varejistas, Controller América Latina, Controller Internacional, e Responsável por Projetos de Organização na Espanha, bem como os cargos de Gerente de Organização e Gerente de Administração de Pessoal na Argentina.

FRANCISCO DE PAULA LLUCH ROVIRA

Nascido em Barcelona, Espanha, em 22.12.1948. Passaporte n.º AB 855873 emitido pelo Governo da Espanha. Formado em Direito pela Universidad Barcelona em 1970, é executivo do Grupo GAS NATURAL SDG S/A na Espanha desde 1978, sendo Diretor de Serviços Jurídicos, Societários e Internacionais desde 1997. É membro do Conselho de Administração de diversas empresas na Espanha, Marrocos, Itália, Holanda e Brasil, entre elas a Companhia de Gás do Rio de Janeiro e da CEG RIO S.A.

ALBERTO GONZALEZ SANTOS

Engenheiro com especialização pelo Programa Advanced Management do ESADE, ingressou no Grupo Gas Natural Fenosa em 1992. Em sua trajetória profissional ocupou diversos cargos de gestão como como Logística de GNL, Planejamento, Tarifas y controle de Gestão. Foi responsável pelas atividades de balanço energético do Grupo e ocupou o cargo de Country Manager na empresas do Grupo Argentina e na Colômbia.

SUPLENTES

JORGE HENRIQUE DA SILVA BAETA

Nascido no Rio de Janeiro em 1960, é formado em Administração de Empresas pela Faculdade da Cidade do Rio de Janeiro, possui MBA em Finanças pelo IBMEC (Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais), em 2003 concluiu Pós Graduação em Gestão Empresarial pelo Programa de Desenvolvimento Gerencial – PDG no Instituto Superior da Empresa ISE da IESE Business School – RJ e, em 2010 concluiu o Pós Graduação pelo Programa de Gerenciamento e Desenvolvimento Econômico – PMD no IESE – Universidade de Navarra – Barcelona / Espanha. Atuou em grande empresa do segmento varejista por mais de 15 anos e ingressou no Grupo Gas Natural Fenosa, na CEG, em 1997 no cargo de Chefe de Serviço de Tesouraria, assumindo a Gerencia de Planejamento Financeiro e Tesouraria em 2003, passou à Gerencia de Finanças em 2005 e à Gerencia de Contabilidade e Consolidação em 2008, sendo indicado ao cargo de Diretor Econômico-Financeiro e de Relações com Investidores.

CARLOS MIRAVENT PI

Nascido em Barcelona em 11/10/1962, é administrador de empresas, com MBA em Empresarial pela Escola Superior de Administração e Direção de empresas de Barcelona ESADE. Ingressou no grupo em 1985, tendo ocupado diversos cargos nas áreas de Vendas, Estratégia comercial, Marketing e Regulação e Tarifas. Ocupou os cargos de diretor nas diretorias Comercial, Regulação e Tarifas, Gestão de Energia e Desenvolvimento de Projetos de Crescimento, todas para América Latina desde 2008, nas áreas de distribuição de gás e eletricidade. Integrou a Junta de Direção das sociedades distribuidoras de Argentina, Panamá y Puerto Rico. Atualmente ocupa o cargo de Diretor de Gestión de Ingressos Regulados Latinoamérica.

VICENTE DE ANGEL ZAFRA

Nascido em Madrid, Espanha, em 24/04/1957. Passaporte nº XDA375889. Arquiteto formado pela Universidad Politécnica de Madrid, é também graduado em negócio energético pela Universidad Pontificia de Comillas/ICADE, possui curso de direção e Marketing pelo Club de Dirigentes de Marketing (Madrid) e curso do Programa de Desarrollo Directivo pelo IESE – Escuela de Negocios (Espanha). Ingressou no Grupo Gas Natural em 1988, onde ocupou cargos de Diretor Comercial e Diretor Técnico nas empresas do Grupo na Espanha, México e Argentina, sendo indicado para o cargo de Diretor de Operações da CEG.

CONSELHO FISCAL

EFETIVOS

RENATO ACHUTTI

Nascido no Rio Grande do Sul em 02.05.1957. CPF/MF nº 334.651.420-04. Formado em engenharia mecânica pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul em 1981, MBA em Finanças pelo IBMEC-RJ, em 1990 e Pós-graduado em Marketing estratégico pela FGV/RJ em 1997. Atuando nas áreas Bancária, Financeira, Mercado de Capitais e Controladoria desde 1985, trabalhou em diversas empresas tais como Banco ABN AMRO S/A, Grupo Mesbla e na Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG. Atualmente atua como Gerente Administrativo de uma Fundação de Pesquisa e Controle do Câncer. É membro dos Conselhos Fiscais da empresa CEG RIO S/A e da CEG desde 2008.

FELIPE KFURI MOREIRA DA SILVA

Nascido na cidade do Rio de Janeiro, em 01.09.1972. CPF/MF nº 028.532.207-96. Graduado em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Mestre em Relações Internacionais pelo Instituto de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Experiência profissional como advogado, com ênfase na área de infra-estrutura (petróleo, gás, energia, rodovias, ferrovias e terminais portuários, entre outras): (i) 3 anos na Sociedade Michelin de Participações Ind. e Com. Ltda.; (ii) 5 anos na Sepetiba Tecon S.A., Terminal de Contêineres do Porto de Sepetiba, tendo como acionistas, à época, a Cia. Siderúrgica Nacional e a Cia. Vale do Rio Doce; (iii) 3 anos no Escritório Machado, Meyer, Sendacz e Opice Advogados; (iv) Atual: Schmidt, Valois, Miranda, Ferreira e Agel Advogados. É membro dos Conselhos Fiscais da empresa CEG RIO S/A desde 2009 e da CEG desde 2008.

SUPLENTES

JAYME ANTONIO CORREA DE FREITAS

Nascido no Rio de Janeiro em 1949. CPF/MF sob o nº 273.813.747-49. Formado em Contabilidade e Administração pela Faculdade de Ciências Contábeis e Administrativas Moraes Junior. Trabalhou na Sul America Terrestres Marítimos e Acidentes de 1974 a 1979 como chefe de seção de classificação e análises; Supervisor contábil e posteriormente Gerente de Contabilidade da Generali do Brasil Companhia Nacional de Seguros de 1979 até a presente.

PAULO ANDRADE RODRIGUES

Nascido na cidade do Rio de Janeiro, em 19.01.1947. CPF/MF nº 093.083.427-53. Graduado em Bacharel em Ciências Contábeis pela Faculdade Moraes Junior em 30.09.1977. Funcionário da CEG desde setembro de 1961, passando a exercer a função de Contador no período de 1987 até sua aposentadoria em março de 2009. Membro do Conselho Fiscal da empresa CEG RIO S/A desde 2009.

12.9. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre: **a.** administrador do emissor; **b. (i)** administradores do emissor e **(ii)** administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor; **c. (i)** administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e **(ii)** controladores diretos ou indiretos do emissor; **d. (i)** administradores do emissor e **(ii)** administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor.

Não há relação conjugal ou grau de parentesco em nenhuma das relações acima mencionadas.

<p>12.10. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 03 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:</p>
<p>a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor Não há sociedade controlada direta ou indiretamente pela Companhia.</p>
<p>b. controlador direto ou indireto do emissor Há grau de subordinação entre as Diretorias da Companhia e a Diretoria Geral para a América Latina mantida pelo Grupo Controlador Gas Natural.</p>
<p>c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas. Não há.</p>

Proposta de Remuneração dos Membros da Administração CEG

Informações relativas à remuneração da Administração e do Conselho Fiscal, que será submetida à aprovação na AGO/E da Companhia, em cumprimento ao artigo 12 da Instrução Normativa CVM nº 481/2009.

Proposta de Remuneração do Conselho de Administração

Será proposta a remuneração global anual para os membros efetivos do Conselho de Administração, no valor de R\$ 1.040.016,28 (um milhão, quarenta mil e dezesseis reais e vinte e oito centavos).

Proposta de Remuneração do Conselho Fiscal

Será proposta a remuneração global anual para os membros efetivos do Conselho Fiscal, no montante de R\$ 234.936,36 (duzentos e trinta e quatro mil, novecentos e trinta e seis reais e trinta e seis centavos).

Informações do item 13 do Formulário de Referência

<p>13. Remuneração dos administradores</p>
<p>13.1. Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:</p>
<p>a. objetivos da política ou prática de remuneração;</p> <p>Os membros efetivos do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal recebem apenas remuneração fixa mensal pelo desempenho de suas funções, que é fixada pela Assembleia de Acionistas anualmente.</p> <p>A Companhia possui para os diretores estatutários e não estatutários um plano de remuneração variável atrelado ao desempenho individual, avaliados ao final de cada ano a partir de metas operacionais e objetivos individuais estabelecidos no início do ano, bem como em função dos lucros e resultados obtidos pela empresa em cada ano. Para o Presidente existe um programa de premiação por resultados de longo prazo.</p>

- b. composição da remuneração, indicando: i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles; ii. qual a proporção de cada elemento na remuneração total; iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração; iv. razões que justificam a composição da remuneração; v. a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato.

Não são levados em conta indicadores de desempenho na determinação da remuneração do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, sendo, em regra aplicada correção monetária aos valores anualmente fixados.

Os membros do Conselho de Administração da Companhia indicados pelo acionista BNDESPAR, que sejam do corpo de funcionários do banco, não recebem remuneração por força de política interna do acionista. Os membros independentes indicados pelo acionista farão jus a remuneração.

A Companhia aplica para os diretores estatutários e não estatutários um plano de remuneração variável atrelado ao desempenho individual e metas operacionais e vinculados aos lucros e resultados da companhia. No início de cada ano são estabelecidos os objetivos individuais e as metas de desempenho operacionais a serem atingidas, as quais são avaliadas ao final de cada ano a partir da apuração do atingimento das metas e dos lucros reais da Companhia.

- c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração;

Não são levados em conta indicadores de desempenho na determinação da remuneração do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal.

Com relação à Diretoria, os indicadores de desempenho são o atingimento de metas operacionais e financeiras e, também o desempenho individual. Nas avaliações são levadas em consideração, ainda, o trabalho em equipe, gestão de pessoas, orientação ao cliente interno e externo e preparação para a integração. Estes critérios de avaliação também são aplicados ao nível gerencial da empresa.

- d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho;

Não são levados em conta indicadores de desempenho na determinação da remuneração do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal.

Com relação à Diretoria, a remuneração é estruturada de forma a motivar o atingimento não apenas dos objetivos individuais, mas, também, o das equipes e a meta global da empresa.

A remuneração variável é calculada da seguinte forma:

Objetivos próprios: 40% do total a ser recebido a título de remuneração variável. Contempla os objetivos a serem desenvolvidos durante o ano.

Atuação profissional: 30% do total a ser recebido a título de remuneração variável. Contempla os objetivos comportamentais, tais como: trabalho em equipe, gestão de pessoas, orientação ao cliente interno e externo e preparação para a integração.

Objetivos de direção: 20% do total a ser recebido a título de remuneração variável. Contempla a soma dos objetivos dos seus pares. Este indicador visa estimular a preocupação não apenas com o resultado individual, mas, também, estimular a visão de equipe.

Objetivos do grupo: 10% do total a ser recebido a título de remuneração variável. Reflete o resultado global da empresa.

- e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo;

Com relação à remuneração do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal observa-se o objetivo de manter uma remuneração justa, garantindo a reposição das perdas inflacionárias.

Com relação à remuneração da Diretoria, a estruturação da política de remuneração variável da empresa procura incentivar a rentabilização dos investimentos e projetos desenvolvidos pela empresa, o atendimento às normas e regulamentos da concessão dos serviços e a valorização e respeito às pessoas e aos clientes.

- f. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos;

Não há subsidiárias ou controladas. Não há remuneração suportada por controladores diretos ou indiretos.

- g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor:

Com relação ao Conselho de Administração e ao Conselho Fiscal, não há benefícios vinculados à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor. Em qualquer caso, conforme determinação estatutária, a remuneração deverá ser fixada pela Assembleia Geral, e quando fixada de forma global, a distribuição individual poderá ser deliberada pelo Conselho de Administração.

Com relação à Diretoria, é necessário observar que recebimento da remuneração variável é um direito líquido e certo em caso de qualquer mudança do controlador, alterações de diretrizes internas, mudança ou rebaixamento de posição hierárquica, bem como de qualquer reorganização societária, fusão, cisão, incorporação ou qualquer outra operação societária.

13.2. Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 03 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo: **a.** órgão; **b.** número de membros; **c.** remuneração segregada em: **(i)** remuneração fixa anual, segregada em: salário ou pró-labore; benefícios diretos e indiretos; remuneração por participação em comitês; outros; **(ii)** remuneração variável, segregada em: bônus; participação nos resultados; comissões; outros; **(iii)** benefícios pós-emprego; **(iv)** benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo.

Os membros efetivos do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal recebem apenas remuneração fixa mensal, não havendo os demais elementos, acima requeridos, para a composição de sua remuneração, apontando-se abaixo a remuneração fixa anual global.

Remuneração do Conselho Fiscal CEG*					
Global ano					
2012	2013	2014	2015	2016	2017**
234.936,24	234.936,36	234.936,36	234.936,36	234.936,36	6.936,50
*Total de 3 membros efetivos **Proposta					

Remuneração do Conselho de Administração CEG*					
Global ano					
2012	2013	2014	2015	2016	2017**
281.074,47	297.489,22	939.745,44	939.745,44	1.040.016,28	1.105.433,30
*Total de 12 membros efetivos **Proposta					

Abaixo as informações relativas à remuneração da Diretoria:

Diretoria Executiva (R\$)	2013	2014	2015	2016	2017
Número de membros	10	10	10	10	10
Número de membros remunerados	10	10	10	10	10
Remuneração Fixa Anual (em Reais)	7.541.896	7.898.173	4.832.177	5.600.947	5.380.931
Salário ou pró labore	6.607.012	6.908.038	3.834.670	4.702.235	4.667.503
Benefícios diretos e indiretos	934.884	990.135	997.507	898.712	713.428
Remuneração por participação em comitês	0	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0	0
Remuneração Variável (em Reais)	848.730	1.060.031	1.055.294	1.449.941	1.455.313
Bônus	692.335	894.394	886.312	1.189.183	1.119.775
Participação nos Resultados	0	0	0	0	0
Remuneração por participação em reuniões	0	0	0	0	0
Comissões	0	0	0	0	0
Outros	156.395	165.637	168.982	260.758	335.538
Benefícios pós-emprego	205.414	217.553	232.781	262.426	299.227
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	0	0	0	0	0
Remuneração baseada em ações	0	0	0	0	0
Valor por órgão da remuneração	0	0	0	0	0
Total	8.596.040	9.175.757	6.120.252	7.313.314	7.135.471

(v) remuneração baseada em ações

Não há remuneração baseada em ações.

d. valor, por órgão, da remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

Proposta de Remuneração	Nº membros	Nº membros remunerados	2013 (R\$)	2014 (R\$)	2015 (R\$)	2016 (R\$)	2017
Conselho de Administração	12	12	297.489,22	939.745,44	939.745,44	1.040.016,28	1.105.433,30
Conselho Fiscal	3	3	113.643,03	234.936,36	234.936,36	234.936,36	249.713,86
Diretoria	10	10	8.596.040,00	9.175.757,00	6.120.252,00	7.313.314	7.135.471

e. total da remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

Proposta de Remuneração	Nº membros	Nº membros remunerados	2013 (R\$)	2014 (R\$)	2015 (R\$)	2016 (R\$)	2017(R\$)
Conselho de Administração	12	12	297.489,22	939.745,44	939.745,44	1.040.016,28	1.105.433,30
Conselho Fiscal	3	3	113.643,03	234.936,36	234.936,36	234.936,36	249.433,30
Diretoria	10	10	8.596.040,00	9.175.757,00	6.120.252,00	7.313.314	7.135.471
Total	25	25	9.007.172,25	9.974.585,29	7.294.933,80	8.588.266,64	8.490.337,60

13.3. Em relação à remuneração variável dos 03 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo: **a.** órgão; **b.** número de membros; **c.** em relação ao bônus: **(i)** valor mínimo previsto no plano de remuneração; **(ii)** valor máximo previsto no plano de remuneração; **(iii)** valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas; **(iv)** valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais; **d.** em relação à participação no resultado: **(i)** valor mínimo previsto no plano de remuneração; **(ii)** valor máximo previsto no plano de remuneração; **(iii)** valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas; **(iv)** valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais;

Os membros efetivos do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal recebem apenas honorários fixos mensais. Não recebem qualquer remuneração variável quer vinculada a desempenho, quer vinculada a lucros e resultado.

Abaixo as informações relativas à remuneração da Diretoria:

Diretoria Executiva	2017 (R\$)	2016 (R\$)	2015 (R\$)	2014 (R\$)	2013 (R\$)
Número de membros	10	10	10	10	10
Número de membros remunerados	10	10	10	10	10
Bônus	1.119.775	1.449.941	1.055.294	1.060.031	848.729
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	93.299	97.877	84.000	78.111	42.389
Valor máximo previsto no plano de remuneração	314.370	333.060	291.334	272.526	152.424
Valor previsto por metas atingidas	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há
Participação no Resultado	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há
Valor máximo previsto no plano de remuneração	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há
Valor previsto por metas atingidas	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há
Outros	335.538	260.758	168.982	165.637	156.395

13.4. Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever: **a.** termos e condições gerais; **b.** principais objetivos do plano; **c.** forma como o plano contribui para esses objetivos; **d.** como o plano se insere na política de remuneração do emissor; **e.** como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo; **f.** número máximo de ações abrangidas; **g.** número máximo de opções a serem outorgadas; **h.** condições de aquisição de ações; **i.** critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício; **j.** critérios para fixação do prazo de exercício; **k.** forma de liquidação; **l.** restrições à transferência das ações; **m.** critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano; **n.** efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações.

Não há plano de remuneração baseado em ações para nenhum órgão da Companhia.

13.5. Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social¹

Em regra, cada Conselheiro de Administração possui pelo menos 01 ação ordinária da Companhia, em atendimento ao disposto no artigo 146 da Lei 6.404/76, não estando impedidos de adquirir ações na bolsa de valores.

Certo é que a companhia não possui regra de remuneração aos órgãos da administração com base em ações ou outros valores mobiliários.

Os Conselheiros Fiscais não possuem ações da Companhia.

Não há outros valores mobiliários emitidos pelo emissor, além das ações ordinárias.

Não há subsidiárias ou controladas.

Órgão da Administração	Total de Ações
Conselho de Administração	114.000
Diretoria Executiva	236
Conselho Fiscal	0

¹ Para evitar a duplicidade, quando uma mesma pessoa for membro do conselho de administração e da diretoria, os valores mobiliários por ela detidos devem ser divulgados exclusivamente no montante de valores mobiliários detidos pelos membros do conselho de administração.

13.6. Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo: **a.** órgão; **b.** número de membros; **c.** em relação a cada outorga de opções de compra de ações: **(i)** data de outorga; **(ii)** quantidade de opções outorgadas; **(iii)** prazo para que as opções se tornem exercíveis; **(iv)** prazo máximo para exercício das opções; **(v)** prazo de restrição à transferência das ações; **(vi)** preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções: em aberto no início do exercício social; perdidas durante o exercício social; exercidas durante o exercício social; expiradas durante o exercício social; **d.** valor justo das opções na data de outorga; **e.** diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas.

Não há plano de remuneração baseado em ações para nenhum órgão da Companhia.

13.7. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo: **a.** órgão; **b.** número de membros; **(i)** quantidade; **(ii)** data em que se tornarão exercíveis; **(iii)** prazo máximo para exercício das opções; **(iv)** prazo de restrição à transferência das ações; **(v)** preço médio ponderado de exercício; **(vi)** valor justo das opções no último dia do exercício social; **d.** em relação às opções exercíveis: **(i)** quantidade; **(ii)** prazo máximo para exercício das opções; **(iii)** prazo de restrição à transferência das ações; **(iv)** preço médio ponderado de exercício; **(v)** valor justo das opções no último dia do exercício social; **(vi)** valor justo do total das opções no último dia do exercício social.

Não há plano de remuneração baseado em ações para nenhum órgão da Companhia.

13.8. Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo: **a.** órgão; **b.** número de membros; **c.** em relação às opções exercidas informar: **(i)** número de ações; **(ii)** preço médio ponderado de exercício; **(iii)** valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas; **d.** em relação às ações entregues informar: **(i)** número de ações; **(ii)** preço médio ponderado de aquisição; **(iii)** valor total da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas.

Não há plano de remuneração baseado em ações para nenhum órgão da Companhia.

13.9. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo: **a.** modelo de precificação; **b.** dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco; **c.** método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado; **d.** forma de determinação da volatilidade esperada; **e.** se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo.

Não se aplica. Não há plano de remuneração baseado em ações para nenhum órgão da Companhia.

13.10. Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela: **a.** órgão; **b.** número de membros; **c.** nome do plano; **d.** quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar; **e.** condições para se aposentar antecipadamente; **f.** valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores; **g.** valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores; **h.** se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições.

Diretoria Executiva	
Número de membros	10
Nome do Plano de Previdência	Gasius e Naturalprev
Nº de Administradores com condições de se aposentar	Não há
Valor atualizado das contribuições acumuladas no plano até 31/12/2016, descontada a parcela das contribuições feitas diretamente pelos administradores	R\$ 2051552,65
Valor total acumulado das contribuições realizadas em 2016, descontada a parcela das contribuições feitas diretamente pelos administradores	R\$ 190.404,05
Condições de resgate antecipado	Ver observação abaixo

Observação Tabela:

Não há plano de previdência privada para os membros do Conselho de Administração.

Um Diretor é participante do plano de previdência complementar do tipo Benefício Definido, administrado pelo Instituto de Seguridade Social da CEG – Gasius. Sua contribuição desde a sua adesão ao plano no ano 1987 até Dezembro de 2016 foi de R\$ 299.227,58 (Reserva de Poupança). O resgate antecipado somente pode ocorrer, pelo valor da reserva de poupança e desde que ele se desligue da empresa.

OBS: Outros 9 diretores são participantes do plano do tipo “Contribuição Definida”, que teve início em janeiro de 2008. Para este plano é exigido vinculação mínima de 03 anos para ter direito aos recursos aportados ao plano pela empresa. Somente tem direito aos recursos a partir de 55 anos de idade, sem vinculação a aposentadoria pela previdência oficial.

Ao completar os 55 anos o diretor empregado (como qualquer outro empregado participante do plano - Naturalprev) pode sacar 25% do saldo acumulado em seu nome, sendo o restante convertido em renda mensal por 10, 15 ou 20 anos.

13.11. Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal: **a.** órgão; **b.** número de membros. **c.** valor da maior remuneração individual; **d.** valor da menor remuneração individual; **e.** valor médio de remuneração individual.

A remuneração dos membros efetivos do Conselho de Administração e do conselho Fiscal é fixa e igualmente fixada para todos os membros efetivos eleitos, não havendo tal variação.

A remuneração dos membros efetivos do Conselho de Administração e do conselho Fiscal é fixa e igualmente fixada para todos os membros efetivos eleitos, não havendo tal variação.

Abaixo as informações relativas à remuneração da Diretoria:

Diretoria Executiva	2017	2016	2015	2014	2013
Valor da maior remuneração anual R\$	1.045.959	1.039.677	783.348,00	1.839.968,00	1.822.286,00
Valor da menor remuneração anual R\$	339.761	305.178	253.063,00	326.084,00	373.275,00
Valor médio da remuneração anual R\$	466.750	470.223	383.467,00	780.243,00	779.869,00

OBS: Os valores indicados incluem benefícios de qualquer natureza.

13.12. Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as conseqüências financeiras para o emissor.

Não se aplica. Tais hipóteses não são previstas na política de remuneração da companhia.

13.13. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto.

Não há.

13.14. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados.

Não há pagamento de valores aos administradores que não estejam relacionados às funções que exerçam na administração da Companhia.

13.15. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos.

A Companhia não possui empresas controladas.

Aqueles membros do Conselho Fiscal da CEG que também ocupam cargos de conselheiros fiscais na CEG RIO S/A, empresa que está sob o controle do mesmo grupo controlador da CEG, recebem remuneração pelo exercício daquele cargo, como abaixo descrito.

Remuneração do Conselho Fiscal CEG RIO S/A*					
Global Ano					
2012	2013	2014	2015	2016	2017**
178.954,13	189.405,06	200.598,89	211.792,23	236.210,51	251.068,15

* Total de 05 membros **Proposta

Aqueles membros do Conselho de Administração que também ocupam cargos de conselheiros de administração na CEG RIO S/A, empresa que está sob o controle do grupo controlador da CEG, recebem remuneração pelo exercício daquele cargo, como abaixo descrito.

Remuneração do Conselho de Administração CEG RIO S/A*					
Global Ano					
2012	2013	2014	2015	2016	2017**
250.535,79	265.167,08	280.838,45	298.811,52	330.694,71	351.495,41

* Total de 07 membros **Proposta

13.16. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes.

Não há outras informações relevantes que já não tenham sido informadas.

Informações relativas aos comentários dos administradores sobre a situação financeira da Companhia, em cumprimento ao artigo 9º, III, da Instrução Normativa CVM nº 481/2009.

10.1. Os diretores devem comentar sobre:

a. condições financeiras e patrimoniais gerais

Em **2013**, ano com crescimento da economia global reduzido, o crescimento do PIB do Brasil ficou, pelo terceiro ano consecutivo, num patamar modesto (2,3%). Ainda assim, maior do em 2012. No segundo trimestre de 2013, o Bacen iniciou uma política de aperto monetário visando conter a inflação, elevando a taxa básica de juros (Selic) de 7,25% (patamar mínimo histórico) a 10% anual. Também ajudaram a conter a inflação medidas adotadas pelo Governo no último trimestre de 2012, no setor elétrico (redução da tarifa elétrica) e à contenção de aumentos nos preços dos combustíveis por parte da Petrobras. Assim, o IPCA, fechou o ano em 5,91%, abaixo da meta teto do Governo (6,5%) e levemente acima do registrado em 2012 (5,84%). No setor elétrico, o consumo de energia no sistema integrado nacional (SIN) fechou 2013 com elevação de 3,5% sobre o ano anterior somando 463,7 mil gigawatts-hora (GWh). O aumento foi puxado pelo consumo das residências (+6,1%) que mostrou dinamismo significativo na região Nordeste, com uma taxa de crescimento de 11,5%. No entanto, o consumo de energia elétrica na indústria fechou o ano com avanço de 0,6% em comparação a 2012, alcançando 184,6 GWh. A demanda deste setor demonstrou uma recuperação a partir do segundo semestre de 2013. O crescimento do consumo de energia pressionou os reservatórios das hidrelétricas, que iniciaram 2013 com os mais baixos níveis dos últimos dez anos. E, devido às chuvas mais fracas no fim de 2012 e no início de 2013, o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) precisou acionar todas as térmicas do sistema. Assim, o preço de liquidação de diferenças (PLD) fechou o ano num patamar perto de 300 BRL/MWh com picos no começo do ano acima de 500 BRL/MWh. Esse foi o fator que colaborou para o crescimento das vendas de gás natural. De acordo com dados da Associação Brasileira de Empresas Distribuidoras de Gás Canalizado (ABEGAS), em 2013 o consumo nacional de gás natural cresceu 17,8% frente a 2012, aumentando a média diária de 57 milhões para 67,2 milhões de metros cúbicos. O crescimento foi puxado pelo segmento de geração elétrica, que subiu 64,5% com um consumo médio de 26,3 m³/d (milhões de metros cúbicos por dia). Sem considerar a geração elétrica, o consumo nacional de gás natural se manteve estável em relação a 2012, com pequena redução de 0,4%. Os segmentos residencial e comercial cresceram 9,2% e 4%, respectivamente. O volume distribuído para residências alcançou 1 milhão m³/d em todo país, enquanto o comercial chegou a 747 mil m³/d. Enquanto isso, o setor industrial fechou 2013 com a média nacional de consumo de 28,1 milhões m³/d, apresentando uma retração de 0,96% em relação a 2012, refletida pela desaceleração da atividade industrial. O uso do gás pela indústria para matéria-prima teve crescimento 2,06% frente ao ano anterior. Por outro lado, as vendas para o setor automotivo recuaram 3,67% devido a uma perda da competitividade em relação às naftas.

A extensão da rede nacional de distribuição de gás natural apresentou crescimento de 9,7% com investimento médio de R\$ 1,5 bilhão. Em relação à oferta, a Petrobras bateu novo recorde de entrega de gás natural ao mercado nacional no ano passado, com média anual de 44,5 milhões m³/d, 3,2% superior à verificada em 2012. O crescimento da demanda também foi sustentado pela maior importação. A oferta do GNL importado teve um incremento expressivo de 80% em 2013, com regaseificação de um volume médio superior a 15 milhões m³/d. No final do ano ficou pronto um terceiro porto de regaseificação do GNL na Bahia, que adicionou uma capacidade de 14 milhões m³/d. As importações da Bolívia aumentaram em 14%, com um volume médio no pico contratual de 14 milhões m³/d. Conforme informação da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP, a produção de petróleo e gás natural em novembro, no Brasil, foi de 2.578 Mboe/d (mil barris de óleo equivalente por dia), sendo a produção de petróleo 2.081 Mbbl/d (mil barris por dia). A área do Pré-sal, com 28 poços em operação, aportou 339,4 mil bbl/d de petróleo e 11,5 milhões de m³/d de gás natural, totalizando 412,0 Mboe/d. Vale lembrar que 92,1% da produção total do país é proveniente dos campos operados pela Petrobras. Em outubro de 2013, a ANP realizou o primeiro leilão do Pré-sal (a maior reserva de petróleo do Brasil) pelo modelo de partilha de produção do campo de Libra. O consórcio vencedor foi o único que apresentou uma proposta com um bônus de assinatura de R\$ 15 bilhões, além do 41,65% do petróleo extraído. O consórcio é integrado por Petrobras, Shell, Total e as chinesas CNPC e CNOOC. Também em 2013, ANP realizou a 12ª rodada de licitações para blocos de gás em terra. Foram oferecidos 240 blocos, dos quais 72 foram arrematados. A Petrobras foi a empresa que arrematou maior quantidade de blocos, num total de 49. De acordo com as últimas previsões feitas pela International Energy Agency (IEA), o Brasil deverá triplicar a sua produção de petróleo até 2035, alcançando uma produção de 6 milhões de bbl/d, tornando-se o sexto maior produtor do mundo.

Em **2014**, o Brasil experimentou outro ano sem crescimento, com uma variação positiva de apenas 0,1% anual. O PIB do setor industrial apresentou retração de 1,5% frente a 2013 segundo as Federações de Indústria, em razão das pressões inflacionárias (IPCA de 6,41% a.a.) que motivaram a progressiva elevação da taxa referencial de juros Selic (de 10% até 11,75%); da queda no salário real, afetando o consumo doméstico e, da fraca demanda externa, motivada por um menor crescimento da economia mundial. O Real sofreu desvalorização de 9,7% em relação ao dólar americano. O ano foi marcado pela organização da copa

do mundo de futebol da FIFA e pelas eleições presidenciais no Brasil, eventos que afetaram a atividade industrial e adiaram decisões de investimento no setor. A presidenta Dilma Rousseff, reeleita, fez mudanças no seu gabinete econômico visando aplicar políticas de ajuste fiscal e aperto monetário para recuperar o ritmo de crescimento do país, com combate à inflação e aumento do investimento externo. Sem sucesso. Foi considerado o risco do país enfrentar um racionamento, devido ao baixo nível dos reservatórios de água. Contudo, no curso de 2014 não foram adotadas políticas restritivas ao consumo elétrico e de água, e o ano se encerrou com o nível dos reservatórios abaixo de 20% de sua capacidade (patamar inferior ao de 2001, quando houve racionamento). As usinas termelétricas foram acionadas praticamente o ano inteiro, elevando o preço da energia elétrica no mercado spot – o atingiu patamares recordes históricos com uma média semanal de 688 BRL/MWh, afetando a atividade de grandes consumidores industriais. O consumo de energia apresentou um crescimento de 2,2% somando 473,4TWh. Foi a menor taxa de crescimento desde 2009. O pequeno aumento do consumo de energia foi puxado principalmente pelo consumo residencial (+5,7% a.a.), em razão, sobretudo, da instalação maciça de equipamentos de ar condicionado em moradias de regiões mais quentes do país. O consumo de energia elétrica na indústria fechou o ano com um recuo de 3,6% em decorrência da queda da atividade do setor metalúrgico. Influenciado pela geração termelétrica, o consumo de gás natural no Brasil atingiu patamar recorde com uma média de 100 Milhões de m³/d. De acordo com dados da ABEGAS, o consumo nacional de gás natural cresceu 16,3% frente a 2013, sendo que o segmento de geração elétrica representou mais da metade do consumo total do país. Excluindo o segmento termelétrico, o consumo nacional de gás natural se manteve estável. O setor industrial fechou o ano com média de consumo de 28,5 mm³/d, apresentando uma variação de 1,1% em relação a 2013, impactado pela queda da atividade industrial. Já a demanda residencial sofreu os efeitos da crise hidrológica com uma retração de 3,9% em comparação com 2013, e o segmento comercial cresceu 2,96%. No setor automotivo as vendas de gás natural veicular (GNV) recuaram pelo sexto ano consecutivo com uma retração de 2,3%, porém se espera uma recuperação deste segmento no curto prazo devido ao ganho de competitividade frente aos outros combustíveis, principalmente a gasolina, que teve alta de preço ainda no final de 2014.

A extensão da rede nacional de distribuição de gás natural apresentou crescimento de 9,3% chegando a 27,3 mil km. Em relação à oferta, a Petrobras bateu novo recorde de entrega de gás natural ao mercado nacional com média anual de 95 Milhões de m³/d, 16,6% superior à 2013. A produção nacional continuou impulsionada pelo desenvolvimento da área *off-shore* do pré-sal, que em dezembro aportou uma média de 23,6 Milhões m³/d. Este crescimento se deveu à produção associada ao petróleo no pré-sal, que também bateu recordes a partir da entrada em operação de novas sondas de perfuração e unidades de processamento flutuantes. Em dezembro, a produção doméstica total de petróleo atingiu 2.497 Mboe/d (mil barris de óleo equivalente por dia), correspondendo 27% ao pré-sal, com 47 poços em operação. A Petrobras permaneceu o principal produtor de petróleo e gás, operando 92% da produção total de hidrocarbonatos do país. O crescimento da demanda de gás natural também foi sustentado pela maior importação. A oferta do GNL importado cresceu 34% em 2014, com regaseificação de um volume médio superior a 20 mm³/d, com três terminais de operação no país (Guanabara, Pecem e Bahia). As importações da Bolívia se mantiveram em níveis máximos, com um volume médio de 33 Milhões de m³/d. A Agência Nacional do Petróleo (ANP) deu início ao processo para leiloar, em 2015, o primeiro gasoduto a ser operado em regime de concessão, de acordo com a Lei do Gás. Neste primeiro projeto, deverá ser construído um gasoduto de apenas 11 km de extensão.

Em **2015**, observou-se um cenário desafiador para o Brasil e países da América Latina, com uma depreciação generalizada da cotação das moedas, um fluxo de saída de capitais e encarecimento do custo de dívida. Na Ásia, a matriz econômica da China, principal demandante das commodities exportadas pelo Brasil, deixou de priorizar investimentos em infraestrutura e aumentou sua dependência do consumo doméstico. Esta mudança levou a uma desaceleração do crescimento da economia do país. Além disso, a recuperação da economia Norte Americana, que causou uma elevação de juros básicos após dez anos pelo Federal Reserve, refletiu em uma elevação do custo de dívida para economias emergentes como o Brasil. Neste contexto as exportações e os investimentos públicos e privados de países produtores de commodities da América Latina sofreram uma retração com impacto na atividade econômica. Assim, o governo brasileiro adotou medidas visando a contenção do déficit fiscal e manteve o ritmo de arrocho monetário iniciado em 2014, buscando limitar a tendência crescente da inflação, que alcançou o patamar de 10,67%, em 2015, medida pelo IPCA. Porém, o déficit fiscal primário em 2015 foi recorde representando 1,88% do PIB. Diante da falta de medidas eficazes capazes de reduzir efetivamente o déficit fiscal, ao longo do ano as três agências internacionais qualificadoras de risco rebaixaram a nota de crédito do Brasil e tiraram o grau de investimento da dívida soberana.

A Petrobras, atravessou uma crise derivada da política de congelamento do preço da gasolina que visava controlar a inflação; da queda do preço do petróleo; de um elevado grau de alavancagem e ainda das investigações judiciais por irregularidades na contratação de serviços e realização de investimentos. Este contexto a forçou a reduzir seu plano de investimentos e adotar um programa de desinvestimentos em ativos não estratégicos, propagando o impacto da atividade e o estresse financeiro à atividade industrial do país de uma forma geral e ao ramo de construção civil, com empresas envolvidas nas referidas investigações. Esta conjuntura aprofundou ainda mais a recessão econômica provocando uma queda de 3,8% do PIB do país.

Apesar, da conjuntura adversa o Pré-sal alcançou ao final de 2015 o patamar recorde de 1,091 Mboe/d, representando 34,4% da produção total do país de 3,164 Mm³/dia que cresceu 2,2% frente a dezembro de 2014, segundo a Agência Nacional do Petróleo – ANP. Além disso, o Pré-sal também possibilitou a superação da marca de produção de 100 Mm³/dia de gás natural ao final do ano, embora praticamente a metade deste volume seja consumida na própria atividade de *upstream*. Por isso continuou sendo fundamental a importação de gás para fornecer ao mercado interno, com uma média de 32 Mm³/dia importada via gasoduto Brasil-Bolívia e a regasificação de 17,94 Mm³/dia de gás natural liquefeito (GNL), de acordo com o Boletim do Ministério de Minas e Energia.

Embora o preço do gás importado tenha acompanhado a queda do preço do petróleo, a depreciação do real e o fim da política de descontos praticados pela Petrobras reverteram esse impacto. Assim o preço médio da commodity praticado pela Petrobras teve no ano um acréscimo de 18% quando medido em reais. Do lado da demanda, o volume consumido de gás natural experimentou uma leve queda de 1,3% em 2015, alcançando uma média anual de 98 Mm³/dia. O segmento industrial, com uma demanda média de 43 Mm³/dia, recuou apenas 0,4% mostrando importante resiliência apesar da forte retração da atividade industrial no ano. O mercado residencial/comercial teve um crescimento de 1,1% impulsionado principalmente pela estratégia de captação de clientes por parte das principais distribuidoras do país. Assim se alcançou a marca de 2,8 milhões de clientes residenciais no Brasil com um incremento no ano de quase 8%. O segmento automotivo (GNV) se contraiu pelo sétimo ano consecutivo com uma queda de 3,2%, em decorrência da recessão econômica.

Exatamente como em 2014, o setor de geração elétrica manteve-se como o principal segmento da demanda de gás natural concentrando quase o 50% do volume total de vendas no país. E isto apesar da queda na demanda elétrica e como consequência da estratégia do governo de manter a geração termelétrica para recuperar os níveis dos principais reservatórios do país. Vale destacar que, no mercado elétrico, a demanda de energia em 2015 foi de 464 TWh com recuo de 2,1% frente ao 2014. A principal motivação desta retração esteve na demanda industrial que experimentou uma queda de 5,3% no ano.

Em **2016**, o Brasil começou a superar a grave crise política que culminou ao final do mês de agosto no *impeachment* da presidente Dilma Rousseff, após menos de dois anos de sua reeleição. Esta crise política acentuou a crise econômica e a recessão que o país já vinha enfrentando desde 2015, tanto por fatores domésticos como externos. Com a posse do vice-presidente Michel Temer no cargo de Presidente da República, o novo governo iniciou o desenvolvimento de propostas e medidas visando a estabilização da economia. Dentre as medidas de prudência fiscal adotadas, destaca-se a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 55, aprovada pelo Senado, que institui por 20 anos um teto para o gasto primário da União. Além disso, iniciou-se o debate para uma reforma no sistema previdenciário, considerada pelo Governo uma questão chave para a sustentabilidade das contas públicas no futuro do país.

Como resultado da melhora na confiança nas medidas adotadas, verificou-se uma redução da cotação do Dólar frente a moeda brasileira ao final de 2016, que ficou nos patamares ainda altos de 3,25. A inflação medida pelo IPCA também apresentou melhora fechando 2016 em 6,29%, lembrando que em 2015 encerrou o ano em 10,67%. A taxa básica de juros (SELIC) teve sua primeira redução em outubro de 2016, depois de um ciclo de aperto monetário.

Contudo, os desafios para equilibrar a economia e buscar o retorno do crescimento não seriam fáceis diante do desequilíbrio das contas públicas, da queda da produtividade no país nos últimos dois anos, do forte endividamento das famílias e do índice de desemprego que alcançou em 2016 o número de 12,3 milhões de desempregados (12% da força de trabalho do país).

Os Governos Estaduais, por sua vez, também enfrentaram os efeitos da queda da arrecadação, produto da recessão econômica e queda do valor de *commodities* exportáveis (ex.: petróleo e minério). Assim os Estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul decretaram estado de calamidade financeira. Neste contexto, o Governo Federal decidiu adotar um plano de resgate aos Governos Estaduais que implicava no compromisso dos Estados de iniciarem reformas econômicas estruturantes que permitissem sua sustentabilidade financeira no longo prazo.

No caso particular do Rio de Janeiro, 2016 foi um ano histórico pelo fato da cidade receber os Jogos Olímpicos e Paralímpicos. Foi a primeira vez que uma cidade de América do Sul foi responsável pela organização deste evento esportivo de importância mundial. O megaevento transcorreu com sucesso e elogios da imprensa e do público internacional, apesar de ter enfrentando alguns protestos na véspera de sua realização. Movimentou-se cerca de US\$ 1,8 bilhão na economia fluminense e 1,17 milhão de turistas visitaram a cidade. Foram incorporadas na cidade importantes melhorias na área de transporte e soluções habitacionais, com a expansão da rede de metro e de BRT, criação do VLT e a revitalização da região do Porto do Rio de Janeiro com a construção do Porto Maravilha. Além disso, a Ceg foi a fornecedora oficial de gás para os Jogos Olímpicos atendendo a Vila dos Atletas, Parque Olímpico e também fornecendo o gás que manteve a Pira Olímpica acesa durante todo o período dos Jogos.

No setor de óleo e gás,

o ano de 2016 também foi de mudanças e transição. O ano foi marcado pela intensificação da queda da cotação do barril do petróleo no início do ano quando o Brent chegou a alcançar os US\$ 35, mas no final do ano os preços internacionais se recuperaram na casa dos US\$ 50 o barril.

A Petrobras, única fornecedora de gás natural da Ceg, teve mudança no seu comando diretivo e avançou em temas sensíveis, entre outros: a reestruturação de seu modelo de governança, a implantação de uma nova política de preços e o programa de desinvestimentos com a venda de mais de US\$ 10 bilhões em ativos, só em 2016. Esses avanços se refletiram na mudança da percepção do mercado. No processo de desinvestimento foram incluídos ativos chaves do setor de gás natural, como a participação nas distribuidoras estaduais e o controle da propriedade dos gasodutos da malha sudeste.

Neste cenário, o Governo lançou o plano “Gás para Crescer”, que visa a liberação dos mercados de gás introduzindo mudanças estruturais que viabilizarão um maior investimento e participação privada em toda a cadeia (produção, comercialização, importação, transporte e distribuição) do setor de gás natural.

Em continuidade com o desenvolvimento dos recursos do Pré-sal a produção de petróleo e gás do país alcançou em dezembro de 2016 um novo patamar recorde de 3.433 Mboe/dia com um crescimento de 8,5% frente ao mesmo mês de 2015. O Pré-sal consolida um avanço considerável, sendo responsável por 46% da produção total do país.

A produção total de gás natural cresceu 7,5% no ano, superando o patamar de 110 Mm3/dia. Porém uma porção importante da produção de gás nos poços *offshore* é consumida na mesma atividade de E&P ou é reinjetada. Com isso a oferta líquida de gás natural ao mercado representa apenas 58% de produção bruta. Assim é fundamental para incrementar a oferta doméstica o desenvolvimento de infraestruturas de escoamento de produção bem como de tecnologia para o processamento e separação *offshore* do gás natural.

Embora no curso de 2016 também tenha sido necessária a importação de gás natural da Bolívia (média aproximada de 30 Mm3/dia) a menor demanda para geração elétrica térmica provocou uma queda expressiva dos volumes importados de gás natural liquefeito (GNL) que passaram de 18 Mm3/dia em 2015 a uma média de apenas 4 Mm3/dia em 2016.

De acordo com a Abegás, o volume de gás natural consumido no país experimentou uma forte queda de 21%, impactada principalmente pela redução de 40% ao ano da demanda para geração termelétrica. O menor crescimento da demanda elétrica e a recuperação dos reservatórios das hidroelétricas reduziu significativamente a venda de gás natural para este segmento. Por sua vez, o setor industrial, em consonância com a recessão econômica, teve uma queda de 10% no consumo de gás natural no ano. Os setores industrial e termelétrico continuam sendo a principal fonte de demanda do mercado de gás com uma participação de 42% e 35% respectivamente.

Por outro lado, os segmentos residencial e comercial continuaram com crescimento de demanda provocada pela contínua expansão dos mercados de distribuição. O número de clientes residenciais e comerciais no país cresceu 8% em 2016, com destaque para o segmento residencial que superou a marca de 3 milhões de clientes em todo o Brasil. A demanda de gás do segmento residencial cresceu 15% em 2016, de acordo com a Abegás.

Após mais de 5 anos consecutivos de queda, o segmento de gás natural veicular (GNV) experimentou um crescimento de 3% em 2016. Ainda, segundo a Abegás, a normalização da política de preços da gasolina da Petrobras teve um impacto favorável na demanda deste combustível no setor automotivo.

b. estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:

Em 31 de dezembro de 2016, após a realização de um grupamento de ações no curso de 2016, o capital social da Companhia que era representado por 51.927.546.473, passou a ser representado por 259.637.732 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, mantidas as proporções das propriedades dos acionistas, conforme quadro abaixo:

Acionista	Participação no capital social (%)
Gas Natural Distribución Latinoamérica S.A	54,16
BNDES Participações S.A – BNDESPAR	34,56
Fundo em Investimento em ações Dinâmica Energia	8,78
Pluspetrol Energy Sociedad Anónima	2,26
Demais acionistas	0,23
Ações em tesouraria	0,0047
Total	100

Conforme Comunicado ao Mercado divulgado em 18/06/2013, ao final do ano, o Grupo Gas Natural concluiu sua reorganização societária, e, desta forma, concentrou as ações da Companhia, que detinha, na empresa Gas Natural Internacional SDG S.A, não havendo nenhuma alteração no controle acionário da Companhia. (vide item 10.3.b).

No curso de 2016, conforme divulgações de Fatos Relevantes e Comunicados ao mercado nos meses de Fevereiro e de Abril de 2016, visando atender à obrigação prevista no item 5.2.f do Regulamento para Listagem de Emissores e Admissão à Negociação de Valores Mobiliários, (estabelece que os valores mobiliários admitidos à negociação nos Mercados Organizados administrados pela BM&FBOVESPA devem ser cotados a, ao menos, R\$1,00 por unidade) e à Notificação emitida pela BM&FBOVESPA em 13/11/2015, a Companhia procedeu um grupamento de suas ações, mantendo a proporção da participação de todos os seus acionistas. Assim, o total de ações da Companhia passou de 51.927.546.473, anteriormente negociadas em lotes de 1000 (mil) ações, para 259.637.732 negociadas em unidades. Todas as ações emitidas pela Ceg são ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal. Além disso, também em 2016 a Gas Natural Internacional SDG S/A teve sua denominação alterada para Gás Natural Distribución Latinoamérica S/A. Desta forma, o quadro acima aponta atual composição acionária da Companhia, que não sofreu alteração no seu acionista controlador.

Não foram emitidas ações nos últimos três exercícios sociais, sendo mantida a mesma configuração acionária (mesmos acionistas), todas ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Não há hipóteses de resgate de ações de emissão da Companhia além das legalmente previstas. Por uma determinação judicial a companhia efetuou a recompra de ações de um acionista, que foram mantidas em tesouraria.

i. hipóteses de resgate

Não há hipóteses de resgate de ações de emissão da Companhia além das legalmente previstas.

ii. fórmula de cálculo do valor de resgate

Não há hipóteses de resgate de ações de emissão da Companhia além das legalmente previstas.

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A política da Companhia de buscar financiamentos preferencialmente junto a entidades multilaterais como o BNDES, tem colaborado para que a CEG mantenha os custos financeiros alinhados com o retorno esperado de seus projetos. As necessidades de caixa são supridas e administradas com empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo com entidades financeiras.

Os compromissos financeiros assumidos em relação a essas operações de empréstimos e financiamentos são cobertos parte pela geração de caixa da Companhia e parte por novos financiamentos contratados, em substituição as operações de empréstimos e financiamentos que vencem. O endividamento da empresa, que era de 42,3% em 2015, subiu para 43% em 2016, em razão principalmente, dos investimentos realizados ao longo do ano. Para manter ou ajustar a estrutura do capital nos patamares que a administração julga adequados, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos.

- d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Capital de giro:

Operações de linha de crédito servem para financiamento de capital de giro sendo renegociadas durante o ano, com custo médio de captação de 107% do CDI ao ano, e não tem garantias oferecidas e cláusulas de *covenants*.

Recursos do BNDES:

(i) para os projetos de ampliação, substituição e conversão da rede de gás. Esse financiamento teve vencimento final em 2015 e teve, como garantia, fiança bancária com custo de 0,5% ao ano. O saldo é atualizado pela TJLP acrescido de juros de 2,8% ao ano.

(ii) para os projetos de expansão e saturação, substituição e conversão da rede de gás. Esse financiamento teve vencimento final em 2016 e tem como garantia, fiança bancária com custo médio de 0,72% ao ano. O saldo é atualizado pela TJLP acrescido de juros de 2,3% ao ano.

A Companhia possui, ainda, linhas de crédito não utilizadas no montante de R\$ 30.000 mil com vencimento em um ano, que são revisadas em diferentes datas durante o ano.

- e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A política da Companhia é buscar financiamentos preferencialmente junto a entidades multilaterais como o BNDES, o restante das necessidades de caixa é suprido e administrado com empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo com entidades financeiras. A Companhia não tem encontrado dificuldades para refinar seus empréstimos e financiamentos, bem como para a captação de novos recursos junto as instituições bancárias.

Empréstimos e financiamentos	2016	2015
Financiamentos	38.739	65.691
Linhas de crédito	<u>899.550</u>	<u>811.888</u>
	<u>938.289</u>	<u>877.578</u>
Total do passivo		
Circulante	426.934	333.834
Não circulante	<u>511.355</u>	<u>543.744</u>
	<u>938.289</u>	<u>877.578</u>

- f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

- i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Os empréstimos e financiamentos estão representados por recursos captados para utilização no incremento das operações da Companhia, principalmente nos projetos de conversão de rede e de obtenção de novos clientes. A Companhia encerrou o quarto trimestre de 2014 com um custo médio de captação de 105% do CDI (112% em 31 de dezembro de 2013).

A composição dos empréstimos e financiamentos pode ser assim demonstrada (em milhares de reais):

	Fn (*)	Lc (*)	2016		2015	
			Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo
Em moeda nacional						
Banco HSBC S.A.		100%	280.866	100.000	69.961	310.000
Banco de Tokyo-Mitsubishi UFJ Brasil S.A.		100%	37.889	120.000	110.750	
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES	100%		24.580	14.160	26.972	38.719
Banco Santander S.A.		100%		117.927	54.590	
ING Bank		100%	2.809	50.000	2.873	50.000
Banco do Brasil S.A.		100%	48.969		68.233	44.800
Banco Intesa San Paolo		100%		49.268		40.225
Banco Scotiabank		100%	31.821	60.000	455	60.000
Total empréstimos e financiamentos			426.934	511.355	333.834	543.744

(*) Fn - Financiamento, Lc - Linha de Crédito

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Entre os financiamentos destacamos as operações de longo prazo realizadas com o banco BNDES:

Recursos do BNDES:

- i. para os projetos de ampliação, substituição e conversão da rede de gás.
- ii. para os projetos de expansão e saturação, substituição e conversão da rede de gás.

O vencimento dos empréstimos a longo prazo é o seguinte:

	2016	2015
2017		326.650
2018	461.355	217.094
2019	50.000	-
	511.355	543.744

A Companhia possui, ainda, linhas de crédito não utilizadas no montante de R\$ 30.000.

Contrato de concessão possui um custo de aquisição no valor de 152.490 referentes ao aditivo contratual firmado entre a CEG. e o Estado do Rio de Janeiro em 01/12/2014, onde a CEG passa a deter o direito de abastecer as regiões de Mangaratiba e Maricá com GNC/GNL. O valor foi pago em 3 parcelas de R\$ 50.830, sendo a 1ª parcela paga em 11/12/2014, a segunda em 30/12/2015 e a terceira em 27/09/2016. Os valores foram reconhecidos no passivo circulante e não circulante sobre a denominação de concessão a pagar. A amortização deste valor se dará por 151 meses e teve início em 01/01/2015.

iii. grau de subordinação entre as dívidas

Vide ordem apontada no item (i) acima.

- iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

Não há limitações para o nível de endividamento da companhia, para distribuição de dividendos, para alienação de ativos, emissão de valores mobiliários ou alienação do controle societário, seja em estatuto ou em acordos de acionistas.

Contudo há as seguintes regras:

- A assunção de obrigações que envolvam valores acima de R\$ 5 Milhões depende de autorização do Conselho de Administração (valores abaixo desse limite dependem da representação da Companhia por dois Diretores);
- Os dividendos devem ser fixados em no mínimo 25% do lucro líquido do exercício (após dedução do IR e prejuízos acumulados), sem limitação de valor máximo;
- A alienação de bens do ativo permanente depende de aprovação do Conselho de Administração;
- A emissão de valores mobiliários depende de aprovação da Assembleia de Acionistas, que pode delegar tal competência ao Conselho (sobretudo a emissão de debêntures);
- A alienação do controle societário depende da autorização do poder concedente.

- g. limites de utilização dos financiamentos já contratados

Dando prosseguimento a sua política de financiamento de parte de seus investimentos com linhas de crédito de longo prazo do BNDES, em dezembro de 2010, a empresa contratou financiamento no montante total de R\$ 239 milhões para realização dos investimentos do triênio de 2010 a 2012, com previsão de desembolsos até o ano de 2013 e vencimentos em 2015 e 2016.

- h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Receita Líquida: As receitas líquidas da Companhia em 2016 foram de R\$ 3.120.276 mil, o que representou uma redução de 16,30%, com relação a 2015, quando somaram R\$ 3.728.091 mil. Esta redução é resultado da queda nas vendas de gás (-26,14% frente a 2015), sobretudo para a geração elétrica (-36,25%).

Lucro Bruto: O lucro bruto, em 2016, chegou a R\$ 915.968 mil, observando-se um aumento de 5,76% em relação ao resultado obtido no ano anterior (R\$ 866.058 mil), o que representa uma margem bruta de 29,36%, superando a margem apresentada em 2015 que foi de 23,23%, portanto com um aumento de 6,13% na margem bruta frente ao ano anterior. Esse resultado foi beneficiado pelo impacto do IGPM que incide na margem e pelo aumento da base de clientes, que teve um incremento de 3,86%.

Lucro Operacional: A Companhia encerrou o ano de 2016 com um lucro operacional de R\$ 521.496 mil, com um aumento de R\$ 3.877 mil frente a 2015, quando o lucro operacional foi de R\$ 517.619 mil. Esse índice apresentou um leve aumento de 0,75% em comparação com o ano anterior.

Lucro Líquido: O lucro líquido do exercício fechou 2016 em R\$ 290.704 mil, que representa um aumento de R\$ 6.312 mil, ou seja, 2,22% superior a 2015. Apesar desse discreto aumento, considerando o cenário econômico desfavorável enfrentado em 2016, que impactou as vendas da Companhia, esse resultado se mostra bastante positivo.

Resultado Financeiro: A política monetária adotada pelo Banco Central do Brasil (BACEN) até o terceiro trimestre de 2016 foi de manutenção da taxa básica de juros (Selic). Com a baixa atividade econômica e com os sinais consistentes do controle e da redução da inflação, o Banco Central iniciou a política monetária de redução da taxa Selic, passando a taxa de 14,25% para 13,75%, em dezembro de 2016.

A Companhia apresentou em 2016 um maior custo financeiro, impactado principalmente pela manutenção da taxa Selic e em função da elevação do endividamento, o que gerou maior gasto financeiro com dívida. O resultado financeiro apresentou, em 2016, o valor negativo de R\$ 111.530 mil, frente ao valor negativo de R\$ 101.419 em 2015.

A dívida bruta da Companhia passou de R\$ 877.579 milhões em 2015 para R\$ 938.290 milhões em 2016.

Conta de Resultados (R\$ mil)	2016	2015	Varição (R\$)	Varição (%)
Receita líquida	3.120.276	3.728.091	(607.815)	-16,30
Lucro bruto	915.968	866.058	49.910	5,76%
Lajida (Ebitda)	630.172	626.191	3.981	0,64%
Lucro operacional	521.496	517.619	3.877	0,75%
Lucro líquido do exercício	290.704.	284.392	6.312	2,22%
Margem Bruta	29,36%	23,23%	6,14%	26,39%

Lajida (Ebitda): A Comissão de Valores Mobiliários – CVM editou em 04/10/2012 a Instrução Normativa 527/2012 que dispõe sobre a divulgação voluntária de informações de natureza não contábil, denominadas Lajida (Ebitda) e LAJIR (EBIT). A Instrução determina os critérios para o cálculo do Lajida (Ebitda) com o objetivo de uniformizar a divulgação deste dado, melhorar a sua compreensão pelo mercado e, ao mesmo tempo, torná-la comparável entre as companhias abertas. Desta forma, os dados a seguir já estão adaptados à nova forma de cálculo determinada pela CVM.

Assim, o Lajida (lucro antes dos juros, impostos, depreciações e amortizações) de R\$ 630.173 mil do ano de 2016 manteve-se praticamente em linha com o resultado obtido em 2015, apresentando um pequeno aumento inferior a 1% frente a ano anterior.

LAJIDA	2016	2015	Varição(R\$)	Varição (%)
Lajida (R\$ mil)	630.172.976,12	626.191.505,87	3.981.470,25	0,64%
Lucro líquido do exercício	290.704.206,99	284.392.021,28	6.312.185,71	2,22%
Tributos sobre o lucro (IR/CSLL)	119.261.587,31	131.807.843,69	(12.546.256,38)	-9,52%
Depreciação e amortização	108.676.616,05	108.572.384,56	104.231,49	0,10%

10.2. Os diretores devem comentar:

- a. resultados das operações do emissor, em especial:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

As receitas da companhia são compostas, sobretudo, pela margem das vendas de gás, cujo custo de aquisição para distribuição é fixado por meio de contrato de longo prazo de suprimento de gás firmado com a Petróleo Brasileiro S.A - Petrobrás.

Em 28 de novembro de 2008, entrou em vigência o contrato de fornecimento de gás natural com a Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS para uso convencional ("CONTRATO"), assinado em 18 de julho de 2008.

Em 01 de agosto de 2013 foi celebrado o termo aditivo nº 9 ao contrato de fornecimento de gás natural com a Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS, para uso convencional, no qual foram acordados: (i) a prorrogação da vigência do contrato, passando a vigorar até 31 de dezembro de 2019 e (ii) possibilidade de desconstrução parcial das quantidades diárias contratuais - QDC's a partir de 2013.

Com a efetivação do termo aditivo nº 9, o CONTRATO garante o fornecimento de 5,72 milhões de metros cúbicos por dia (Quantidade Diária Contratual - QDC) para o período de janeiro a julho de 2013, de 5,05 milhões de metros cúbicos por dia, para o período de agosto a dezembro de 2013, de 5,46 milhões de metros cúbicos por dia, para o período de janeiro a dezembro de 2014, de 5,58 milhões de metros cúbicos por dia, para o período de janeiro a dezembro de 2015, e de 5,76 milhões de metros cúbicos por dia, para o período de janeiro de 2016 a dezembro de 2019 com a garantia de fornecimento deste volume (Quantidade Diária Contratual - QDC). Por esse contrato, a CEG se compromete, a cada ano de sua vigência, a retirar da PETROBRAS e, mesmo que não retire, pagar uma quantidade de gás que, na média diária do correspondente ano, seja igual ou superior a 80% da QDC - compromisso Take or Pay para os anos de 2013 a 2019.

Em 31 de março de 2015 foi firmado o aditivo nº 10 ao contrato vigente de fornecimento de gás de longo prazo com a Petrobrás, com prazo de vigência até 31.12.2019.

As modificações introduzidas por este aditivo são: (i) redução de 4,3% a partir de 01.06.2015 da Quantidade Diária Contratual (QDC); (ii) redução de 1,6% da Quantidade Diária Contratual (QDC) a partir de 01.06.2016; (iii) redução de 1,6% da Quantidade Diária Contratual (QDC) a partir de 01.06.2017; e (iv) inclusão da cláusula da vedação ao nepotismo e das práticas anticorrupção.

Embora os valores pagos a título de Take or Pay (TOP) possam ser compensados durante todo o prazo do contrato, contra retiradas futuras superiores ao compromisso mínimo de retirada do respectivo ano em que se estiver realizando, em 2015 não houve pagamento de TOP.

Em 03 de novembro de 2016 foi firmado o aditivo nº 11 ao contrato vigente de fornecimento de gás com a Petrobras, com prazo de vigência até 31/12/2021, visando ajustar as Quantidades Diárias Contratuais – QDC para alinhar as retiradas de gás junto aos compromissos contratuais.

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Conforme contrato de concessão do serviço de distribuição de gás natural canalizado na região metropolitana do Estado do Rio de Janeiro (área de concessão da CEG), as tarifas cobradas sofrem revisões quinquenais, por meio de procedimentos junto à Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro – AGENERSA.

Em **2013**, os resultados operacionais foram positivamente impactados pelo maior despacho das termelétricas, gerando um incremento de 75,1% no volume de gás fornecido a este seguimento, em comparação com 2012, totalizando 7.675,9 mil metros cúbicos por dia, em 2013. As vendas médias diárias totais de gás natural atingiram 11.942,8 mil metros cúbicos, ou seja, 33% acima do ano anterior. As vendas de gás para o mercado convencional (excluídas as vendas para geração elétrica) apresentaram queda de 7,1% em relação ao mesmo período de 2012, impactadas principalmente pela queda de vendas à indústria, que apresentou redução de 15,2%. Ao final de 2013 foi concluído o Processo Regulatório sobre a 3ª Revisão Quinquenal de Tarifas da Concessionária, no qual a Agenersa definiu uma taxa de remuneração (CAPM) de 9,757%, aprovou todo o plano de investimentos proposto para o quinquênio 2013-2017, efetuou pequenos ajustes em contas de custos operacionais, aprovou o redesenho da estrutura tarifária proposto pela Ceg e estabeleceu uma compensação por conta da subexecução de investimentos do quinquênio passado. Como resultado para o quinquênio, as margens da Concessionária sofrem uma redução –1,99%.

Além disso, em razão da demora de dez meses para a homologação do resultado da Revisão Tarifária, enquanto aguardava o resultado definitivo do Processo Regulatório, a Companhia manteve o valor das tarifas até então vigentes, resultando numa diferença a maior na arrecadação naquele período. Por isso a Agenersa determinou um fator de retroatividade que também será aplicado às margens durante o quinquênio vigente, o que representa uma redução adicional de -2,85%. No entanto, tais efeitos foram suspensos por uma decisão liminar proferida pelo TJERJ até 18/12/13, quando foi negado o seguimento de tal decisão. Dessa forma, em função da revogação da liminar ficou determinada a aplicação do resultado da RTI a partir de 01/01/2014, com os devidos ajustes de custo de gás, IGP-M e retroatividade.

Em **2014**, a entrada em vigor das novas tarifas fixadas pela Agenersa a partir de 01/01/2014, resultou numa maior competitividade principalmente no mercado comercial, que apresentou incremento de 2,0% no volume de vendas (mil m³/dia). Contudo, com a redução da margem sobre a venda de gás determinada pela Agência Reguladora, o resultado da Companhia foi diretamente e negativamente impactado, se comparado ao ano anterior (vide item 10.1.h acima). Além disso, o mercado industrial apresentou retração de 3,0% no volume de vendas (mil m³/dia), em razão da desaceleração da produção industrial observada ao longo do ano, que enfrentou crises política e econômica. Os mercados residencial e GNV também apresentaram retração (3,0% e 1,1% respectivamente). Ainda assim, a Companhia vendeu em 2014 um total de 14.758,9 Mm³/dia de gás natural, ou seja, 23,6% a mais do que no ano anterior, quando as vendas de gás diárias somaram 9.031 Mm³/dia de gás natural. Esse aumento se deu, sobretudo, em razão das vendas para o mercado termelétrico, resultado da crise hídrica que motivou o acionamento de todas as termelétricas situadas na área de concessão da CEG, ao longo de todo o ano.

Em **2015**, o número total de clientes da companhia em 2015 soma 873.585, havendo um aumento de 3,6% com relação a 2014. Desta forma, apesar do cenário adverso observado em 2015, que afetou de forma mais severa o seguimento industrial, a Companhia manteve o seu ritmo de crescimento. As vendas médias diárias totais de gás natural atingiram 14.339,7 Mm³/dia, apresentando uma redução de -2,8% frente a 2014 quando somaram 14.758,9 Mm³/dia. Esse impacto negativo decorreu principalmente do cenário econômico desfavorável enfrentado em 2015. Com a forte desaceleração da economia e a consequente redução da atividade industrial, o consumo de energia elétrica também foi afetado. As vendas para a indústria e para as termelétricas sofreram reduções respectivamente de -4,1% e -3,0%. As vendas para o mercado residencial também apresentaram redução de -3,2% frente a 2014. Assim, as vendas diárias de gás para o mercado convencional – excluídas as vendas para geração elétrica – totalizaram 4.090,5 Mm³/dia, apresentando queda de -2,4% em relação ao ano anterior. Apenas o seguimento comercial, que teve aumento de 0,3% das vendas, manteve-se basicamente em linha com o ano anterior. Neste caso, vale lembrar que principalmente para este seguimento, as tarifas tornaram-se mais competitivas após aplicação da redução, a partir de 2014.

Em **2016**, o cenário econômico desfavorável enfrentado em 2015 não apresentou recuperação. Com a forte desaceleração da economia e a consequente redução da atividade industrial desde 2015, o consumo de energia elétrica continuou afetado em 2016, observando-se na verdade um excedente de energia elétrica. As vendas médias diárias totais de gás natural atingiram 10.591,9 Mil m³/dia, apresentando uma redução de -26,1% no total frente a 2015, quando somaram 14.339,7 Mil m³/dia. Esse resultado negativo decorreu principalmente da redução de -36,3% nas vendas para a Geração Elétrica. As vendas de gás convencional apresentaram uma redução de -0,8% com relação a 2015, impactadas principalmente pelas vendas para a indústria. O número total de clientes da Ceg ao final de 2016 somou 907.309, havendo um aumento de 3,9% com relação a 2015, quando a Companhia encerrou o ano com 873.585 clientes. Desta forma, a diversificação de seus mercados e os constantes investimentos na captação de novos clientes em cada um dos segmentos garantem à Ceg melhores condições de suportar crises que afetem mais diretamente a um determinado seguimento.

- b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços:

Toda a variação ocorrida é informada no item seguinte, destacando-se que não houve introdução de novos produtos e serviços pela companhia.

- c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Em **2013**, A política monetária adotada pelo Banco Central do Brasil (BACEN) no 1º trimestre de 2013 foi de estabilidade da taxa básica de juros (Selic). A partir do agravamento do descontrole da inflação, o Banco Central alterou a política monetária, subindo a taxa Selic em consecutivos aumentos, passando a taxa de 7,25% para 10,00%, em dezembro de 2013. Apesar do impacto referente à subida da Selic frente ao ano de 2012, a Companhia apresentou em 2013 um menor custo financeiro, em função principalmente da redução do endividamento, o que gerou menor gasto financeiro com dívida. O resultado financeiro apresentou, em 2013, o valor negativo de R\$ 43.101 mil, frente ao valor negativo de R\$ 47.220 em 2013. Ainda em 2013, foi concluído o Processo Regulatório sobre a 3ª Revisão Quinquenal de Tarifas da Concessionária, aprovado pelo Conselho Diretor da AGENERSA, por meio da Deliberação AGENERSA nº 1.796. Assim, a AGENERSA definiu uma taxa de remuneração (CAPM) de 9,757%, aprovou todo o plano de investimentos proposto para o quinquênio 2013-2017, efetuou pequenos ajustes em contas de custos operacionais, aprovou o redesenho da estrutura tarifária proposto pela Ceg e estabeleceu uma compensação por conta da subexecução de investimentos do quinquênio passado. Como resultado para o quinquênio, as margens da Concessionária sofrem uma redução -1,99%. Além disso, em razão da demora de dez meses para a homologação do resultado da Revisão Tarifária, enquanto aguardava o resultado definitivo do Processo Regulatório, a Companhia manteve o valor das tarifas até então vigentes, resultando numa diferença a maior na arrecadação naquele período. Por isso a AGENERSA determinou um fator de retroatividade que também será aplicado às margens durante o quinquênio vigente, o que representa uma redução adicional de -2,85%. No entanto, a Deliberação AGENERSA 1.796 e seus efeitos foram suspensos por uma decisão liminar proferida pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro até 18/dez/13, quando foi negado o seguimento de tal decisão. Dessa forma, em função da revogação da liminar, a AGENERSA homologou nova Deliberação de Nº 1.881, que aprovou a estrutura tarifária recalculada pela Concessionária, por conta do atraso ocasionado pela referida liminar, definindo a aplicação do resultado da RTI a partir de 01/01/2014, com os devidos ajustes de custo de gás, IGP-M e retroatividade.

A partir de 01 de janeiro de **2014** entraram em vigor as novas tarifas fixadas pelo órgão regulador, com a redução na margem das vendas de gás. Além disso, a política monetária adotada pelo Banco Central do Brasil (BACEN) no início de 2014 foi de elevação da taxa básica de juros (Selic). A partir do agravamento do descontrole da inflação, o Banco Central alterou a política monetária, subindo a taxa Selic em consecutivos aumentos, passando a taxa de 10,00% para 11,75%, em dezembro de 2014. A Companhia apresentou em 2014 um maior custo financeiro, impactado pela elevação da taxa Selic e principalmente em função da elevação do endividamento, o que gerou maior gasto financeiro com dívida em decorrência dos investimentos realizados ao longo do ano. O endividamento financeiro da empresa, que era de 30,8% em 2013, subiu para 42,3% em 2014. O resultado financeiro apresentou, em 2014, o valor negativo de R\$ 59.162 mil, frente ao valor negativo de R\$ 43.101 em 2013.

Em **2015**, A política monetária adotada pelo Banco Central do Brasil (BACEN) no início de 2015 foi de elevação da taxa básica de juros (Selic). A partir do agravamento do descontrole da inflação, o Banco Central manteve a política monetária de elevação da taxa Selic em consecutivos aumentos, passando a taxa de 11,75% para 14,25%, em dezembro de 2015.

A Companhia apresentou em 2015 um maior custo financeiro, impactado principalmente pela elevação da taxa Selic e em função da elevação do endividamento, o que gerou maior gasto financeiro com dívida. O resultado financeiro apresentou, em 2015, o valor negativo de R\$ 101.419 mil, frente ao valor negativo de R\$ 59.162 em 2014. O endividamento financeiro da empresa, que era de 42,3% em 2014, subiu para 43,2% em 2015.

Em 2016, A política monetária adotada pelo Banco Central do Brasil (BACEN) até o terceiro trimestre de 2016 foi de manutenção da taxa básica de juros (Selic). Com a baixa atividade econômica e com os sinais consistentes do controle e da redução da inflação, o Banco Central iniciou a política monetária de redução da taxa Selic, passando a taxa de 14,25% para 13,75%, em dezembro de 2016. A Companhia apresentou em 2016 um maior custo financeiro, impactado principalmente pela manutenção da taxa Selic e em função da elevação do endividamento, o que gerou maior gasto financeiro com dívida. O resultado financeiro apresentou, em 2016, o valor negativo de R\$ 111.530 mil, frente ao valor negativo de R\$ 101.419 em 2015. A dívida bruta da Companhia passou de R\$ 877.579 milhões em 2015 para R\$ 938.290 milhões em 2016. O endividamento financeiro da empresa, que era de 42,3% em 2015, subiu para 43% em 2016.

10.3. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a. introdução ou alienação de segmento operacional

Em 2004 e 2005, a Companhia assinou dois Termos Aditivos ao Contrato de Concessão de Prestação de Serviços de Distribuição de gás natural canalizado na região metropolitana do Rio de Janeiro. Assim, a Companhia assumiu o compromisso de estender o fornecimento de gás canalizado aos municípios de Guapimirim, Mangaratiba e Maricá. O município de Guapimirim já se encontrava atendido por rede de gás canalizado ao final de 2009.

Em 2009, no curso do processo administrativo no qual foi analisada a revisão quinquenal das tarifas (2008-2012), a Companhia apresentou à agência reguladora um Plano de Investimentos, e obteve a aprovação da revisão dos compromissos assumidos relativamente aos municípios de Mangaratiba e Maricá. Desta forma, foram ajustados novos compromissos por meio dos quais a companhia comprometeu-se a fornecer Gás Natural Comprimido – GNC a estes municípios, representando a introdução do seguimento operacional de fornecimento de GNC.

Em 2010 a Companhia cumpriu o compromisso assumido em relação ao município de Maricá dando início ao abastecimento com GNC (gás natural comprimido).

Em 2011, 2012 e 2013 não houve introdução ou alienação de segmento operacional pela Companhia.

No final de 2014, a Companhia e o Estado do Rio de Janeiro assinaram novo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, que revogou os compromissos regulatórios assumidos nos Aditivos firmados em 2004 e 2005, e, concedeu o direito à CEG de distribuir gás natural por meio dos sistemas GNC e GNL a todos os municípios de sua área de concessão, inclusive para os municípios mencionados naqueles aditivos.

Em 2015 e 2016 não houve introdução ou alienação de segmento operacional pela Companhia.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Acionista	Participação no capital social (%)
Grupo Gas Natural Internacional SDG S.A	54,16
BNDES Participações S.A – BNDESPAR	34,56
Fundo em Investimento em ações Dinâmica Energia	8,78
Pluspetrol Energy Sociedad Anônima	2,26
Demais acionistas	0,23
Ações em tesouraria	0,0047
Total	100

Conforme Comunicado ao Mercado divulgado em 18/06/2013, ao final do ano, o Grupo Gas Natural concluiu sua reorganização societária, e, desta forma, concentrou as ações da Companhia, que detinha, na empresa Gas Natural Internacional SDG S.A, não havendo nenhuma alteração no controle acionário da Companhia. (vide item 10.3.b).

No curso de 2016, conforme divulgações de Fatos Relevantes e Comunicados ao mercado nos meses de Fevereiro e de Abril de 2016, visando atender à obrigação prevista no item 5.2.f do Regulamento para Listagem de Emissores e Admissão à Negociação de Valores Mobiliários, (estabelece que os valores mobiliários admitidos à negociação nos Mercados Organizados administrados pela BM&FBOVESPA devem ser cotados a, ao menos, R\$1,00 por unidade) e à Notificação emitida pela BM&FBOVESPA em 13/11/2015, a Companhia procedeu um grupamento de suas ações, mantendo a proporção da participação de todos os seus acionistas. Assim, o total de ações da Companhia passou de 51.927.546.473, anteriormente negociadas em lotes de 1000 (mil) ações, para 259.637.732 negociadas em unidades. Todas as ações emitidas pela Ceg são ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal. Além disso, também em 2016 a Gas Natural Internacional SDG S/A teve sua denominação alterada para Gás Natural Distribución Latinoamérica S/A. Desta forma, o quadro acima aponta atual composição acionária da Companhia, que não sofreu alteração no seu acionista controlador.

Não foram emitidas ações nos últimos três exercícios sociais, sendo mantida a mesma configuração acionária (mesmos acionistas), todas ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal.

c. eventos ou operações não usuais

Em 2012: No ano de 2012 a Companhia cumpriu integralmente o Termo de Compromisso celebrado com o Ministério Público, a AGENERSA e o Município do Rio de Janeiro, renovando a rede de distribuição de gás natural dos seguintes bairros: (i) Copacabana (28Km); e (ii) Centro (31Km). Tal compromisso gerou impacto no investimento da Companhia (+41,0%).

Em 2013: A CEG e a Petrobras, após celebrado o Contrato de Prestação de Serviço de Distribuição de Gás Natural, para atendimento à UTE Baixada Fluminense, em 15 de abril de 2011, resolveram, em comum acordo, firmar o Contrato de Antecipação de Pagamento para Disponibilização Futura de Capacidade e Distribuição, celebrado em 30 de junho de 2011, que tem como objetivo principal garantir a rentabilidade mínima do projeto, considerando o alto valor previsto para o investimento. No Contrato de Antecipação de Pagamento citado, foi definido que a Contratante (Petrobras) pagaria à CEG, a título de pagamento antecipado pelo fornecimento futuro do Serviço de Distribuição de Gás, o valor de R\$ 46.668, em 07 (sete) parcelas pré-fixadas. Adicionalmente, o Contrato de Antecipação de Pagamento, prevê a instituição do Saldo do Pagamento Antecipado (SPA), que se caracteriza como um crédito de Capacidade e Distribuição futura de gás natural para a Petrobras, que será utilizado pela mesma para quitar total ou parcialmente o valor de um ou mais Documentos de Cobrança referentes ao Contrato de Distribuição emitidos pela CEG contra a Petrobras, até que o valor de SPA seja igual a zero. As obras referentes à implantação do referido projeto foram concluídas em dezembro de 2013 e o início da utilização do crédito será dado a partir do faturamento de janeiro de 2014, com o início efetivo do fornecimento de gás natural à usina.

Em 2014: Transitou em julgado decisão do STJ, favorável à Companhia, declarando a ilegalidade da cobrança, pelo Município do Rio de Janeiro, da taxa mensal pelo uso das vias públicas sob o domínio municipal, bem como seu subsolo e espaço aéreo, instituída através da Lei Municipal nº 4017/2005, regulamentada pelo Decreto nº 28.002/2007. A cobrança resultava em uma obrigação mensal para a companhia no valor de R\$ 998 mil, com base no Decreto nº 28.887/07, que determinou a base de cálculo da referida taxa aplicável às companhias distribuidoras de gás. Apesar da ação judicial em curso, em dezembro de 2009, foi firmado acordo entre a CEG e a Prefeitura do Município do Rio de Janeiro, na forma do qual a Companhia se comprometeu a efetuar o pagamento de valores cobrados a partir de julho de 2009 (pagamento já efetuado). Com relação aos valores referentes ao período de julho de 2007 a junho de 2009, a Prefeitura abdicou da cobrança da taxa, no entanto, em contrapartida, a Companhia realizará projetos de expansão e modernização de redes de canalização de gás natural para as Olimpíadas de 2016. Em maio de 2014, foi comunicado à Secretaria Municipal de Fazenda que apesar da data do trânsito em julgado da decisão favorável à CEG, a Companhia estaria efetuando o pagamento da taxa pelo uso do subsolo no mês de maio de 2014, cessando o pagamento em junho de 2014, em razão da decisão favorável.

Em 2015 e 2016 não houve eventos ou operações não usuais.

10.1. Os diretores devem comentar:

- a. mudanças significativas nas práticas contábeis

Em **2012** não houve alterações relevantes nas práticas contábeis, que poderiam resultar em impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

Em **2013**, a seguinte nova interpretação de norma foi aplicável: IAS 19 - "Benefícios a Empregados", alterada em junho de 2011. Essa alteração foi incluída no texto do CPC 33 (R1) - "Benefícios a Empregados". A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. O principal impacto previsto para a sua adoção nas demonstrações contábeis da Companhia é: (i) a reposição dos juros do passivo e do retorno esperado dos ativos por uma única taxa de juros líquida, conforme Nota 22, divulgada nas Demonstrações Financeiras da Companhia. As seguintes novas interpretações de norma foram emitidas, mas não estavam em vigor para o exercício de 2013. A adoção antecipada dessas normas, embora encorajada pelo IASB, não foi permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

IFRIC 21 - "Taxas". A interpretação esclareceu quando uma entidade deve reconhecer uma obrigação de pagar taxas de acordo com a legislação. A obrigação somente deve ser reconhecida quando o evento que gera a obrigação ocorre. Essa interpretação é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2014.

IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros", aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. O IFRS 9 foi emitido em novembro de 2009 e outubro de 2010 e substituiu os trechos do IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 requer a classificação dos ativos financeiros em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A determinação é feita no reconhecimento inicial. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Com relação ao passivo financeiro, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas pelo IAS 39. A principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada para passivos financeiros, a porção de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outros resultados abrangentes e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil. O Grupo está avaliando o impacto total do IFRS 9. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2015.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

Em **2014**, a seguinte nova interpretação de norma foi aplicável ao exercício de **2014** :

OCPC 07 - "Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-financeiros de Propósito Geral", trata dos aspectos quantitativos e qualitativos das divulgações em notas explicativas, reforçando as exigências já existentes nas normas contábeis e ressaltando que somente as informações relevantes para os usuários das demonstrações financeiras devem ser divulgadas.

Em **2015** não houve alterações relevantes nas práticas contábeis, que poderiam resultar em impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

A seguir indicamos as alterações que foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2017, que não tiveram impactos materiais para a Companhia.

CPC 27 - Ativo Imobilizado e CPC 04 - Ativo Intangível - Esclarece que a depreciação de um item do ativo imobilizado com base na receita gerada pelo uso do ativo não é apropriada. Esclare também que, somente em raras circunstâncias, a amortização de um ativo intangível com base na receita gerada pelo uso do ativo pode ser adequada, a depender da correlação entre a receita e o consumo dos benefícios econômicos gerados.

CPC 40 – Instrumentos Financeiros: Evidenciação - Foram acrescentadas orientações específicas sobre divulgação de transferência de ativos financeiros, além de orientações para auxiliar a decidir se um contrato de prestação de serviços sobre a carteira transferida tem características de envolvimento contínuo. A alteração da norma traz também orientação sobre a divulgação de compensação de ativos e passivos financeiros, que não é exigida para todos os períodos intermediários.

Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo.

Reconhecimento da receita de venda de gás

Para a mensuração da receita pela venda de gás é efetuada estimativas, com base no consumo histórico e em projeções de consumo, para mensurar o gás entregue mas ainda não considerado pelas medições anteriores ao fechamento do período. Conforme apresentado na Nota 8, a receita estimada nessas condições em 31 de dezembro de 2016 foi de R\$ 138.778 (R\$ 197.318 em 31 de dezembro de 2015).

Imposto de renda e contribuição social sobre prejuízos fiscais

Esses impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para serem utilizados na compensação das diferenças temporárias e/ou prejuízos fiscais, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base no julgamento da Companhia sobre sua capacidade de cobrar todos os valores devidos considerando os prazos originais das contas a receber, sendo considerado o prazo de 180 dias.

Caso todas as contas a receber vencidas e não *impaired* fossem consideradas não recuperáveis, a Companhia sofreria uma perda adicional em 31 de dezembro de 2016 de R\$ 39.097 (R\$ 68.853 em 31 de dezembro de 2015).

Vida útil do ativo intangível

A vida útil dos ativos classificados no ativo intangível reflete o período em que se espera que os benefícios econômicos futuros serão consumidos pela Companhia não superior ao período de concessão. Anualmente a Companhia revisa a vida útil desses ativos.

Provisão para contingência

A Companhia é parte envolvida em processos tributários, trabalhistas e cíveis que se encontram em instâncias diversas. As provisões para contingências, constituídas para fazer face a potenciais perdas decorrentes dos processos em curso, são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da administração, fundamentada na opinião de seus assessores legais e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas.

Benefícios de planos de pensão

O valor atual de obrigações de planos de pensão depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de pensão, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

A Companhia determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício. Essa é a taxa de juros que deveria ser usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a Companhia considera as taxas de juros de títulos privados de alta qualidade, sendo estes mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos dos prazos das respectivas obrigações de planos de pensão.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado. Informações adicionais estão divulgadas na Nota 21.

a. efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Não houve efeito significativo decorrente das alterações em práticas contábeis, contudo, eventuais efeitos estão descritos no item anterior.

b. ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Não houve ressalvas ou ênfases no parecer dos auditores independentes.

10.2. Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo.

Reconhecimento da receita de venda de gás: Para a mensuração da receita pela venda de gás é efetuada estimativas, com base no consumo histórico e em projeções de consumo, para mensurar o gás entregue, mas ainda não considerado pelas medições anteriores ao fechamento do período. Conforme apresentado na Nota 8 das Demonstrações Financeiras da Companhia, a receita estimada nessas condições em 31 de dezembro de 2016 foi de R\$ 138.778 (R\$ 197.318 mil em 31 de dezembro de 2015).

Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais: Esses impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para serem utilizados na compensação das diferenças temporárias e/ou prejuízos fiscais, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa: A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base no julgamento da Companhia sobre sua capacidade de cobrar todos os valores devidos considerando os prazos originais das contas a receber. Caso todas as contas a receber vencidas e não *impaired* fossem consideradas não recuperáveis, a Companhia sofreria uma perda adicional em 31 de dezembro de 2016 de R\$ 39.097 (R\$ 68.853 em 31 de dezembro de 2015).

Vida útil do ativo intangível: A vida útil dos ativos classificados no ativo intangível reflete o período em que se espera que os benefícios econômicos futuros serão consumidos pela Companhia. Anualmente a Companhia revisa a vida útil desses ativos.

Provisão para contingência: A Companhia é parte envolvida em processos tributários, trabalhistas e cíveis que se encontram em instâncias diversas. As provisões para contingências, constituídas para fazer face a potenciais perdas decorrentes dos processos em curso, são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da administração, fundamentada na opinião de seus assessores legais e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas.

Benefícios de planos de pensão: O valor atual de obrigações de planos de pensão depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de pensão, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

A Companhia determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício. Essa é a taxa de juros que deveria ser usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a Companhia considera as taxas de juros de títulos privados de alta qualidade, sendo estes mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos dos prazos das respectivas obrigações de planos de pensão.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado. Informações adicionais estão divulgadas na Nota 22 das Demonstrações Financeiras da Companhia.

10.3. Com relação aos controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, os diretores devem comentar:

- a. grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

A administração da Companhia é responsável pelo planejamento, pela implantação e pela operação dos sistemas contábil e de controles internos. No cumprimento dessa responsabilidade, ela faz estimativas e toma decisões para determinar os custos e os correspondentes benefícios esperados com a implantação dos procedimentos de controle interno.

O objetivo do sistema de controle interno contábil é proporcionar à administração uma base para que esta possa assegurar-se de que os ativos estão salvaguardados contra perdas e de que as transações vêm sendo efetuadas mediante autorização, bem como registradas adequadamente para permitir a preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A companhia entende que o grau de eficiência é satisfatório tendo em vista os sistemas de controles internos e a existência de uma área específica responsável dentro da companhia.

- b. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

Em conexão com o exame das Demonstrações Financeiras da companhia, conduzido de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil, os auditores independentes procedem ao estudo e à avaliação dos sistemas contábil e de controles internos visando estabelecer a natureza, a oportunidade e a extensão necessárias para a aplicação dos procedimentos de auditoria, a fim de emitir a sua opinião sobre as referidas demonstrações financeiras. Embora não expressem uma opinião ou conclusão sobre os sistemas contábil e de controles internos da Companhia, apresentam recomendações para o aprimoramento desses sistemas resultantes das constatações feitas no decorrer de seus trabalhos de auditoria.

A administração da companhia, por meio de suas áreas de auditoria interna e de controles internos, observa as recomendações, no sentido de atender aos pontos com os quais concorde, eventualmente implementando ações que visem o atendimento, bem como, numa análise detalhada, justifica eventual entendimento divergente. As recomendações versaram sobre o aprimoramento dos procedimentos contábeis e controles internos relacionados; dos sistemas informatizados e dos procedimentos fiscais e controles internos relacionados.

Ainda está em fase de elaboração pelo auditor externo o Relatório de Recomendações para o aprimoramento dos controles internos, elaborado em conexão com o exame das demonstrações financeiras referente ao ano de 2016. Com a conclusão dos trabalhos a Companhia poderá complementar a informação no seu formulário de Referência.

10.4. Caso o emissor tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários, os diretores devem comentar:

Não foram feitas ofertas públicas ao mercado nos últimos 03 (três exercícios).

- a. como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

Não foram feitas ofertas públicas ao mercado nos últimos 03 (três exercícios).

- b. se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não foram feitas ofertas públicas ao mercado nos últimos 03 (três exercícios).

- c. caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não foram feitas ofertas públicas ao mercado nos últimos 03 (três exercícios).

10.5. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

Não existem ativos e passivos detidos pela companhia que não apareçam em seu balanço patrimonial.

- a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (**off-balance sheet items**), tais como:

Não existem ativos e passivos detidos pela companhia que não apareçam em seu balanço patrimonial.

- i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

Não existem ativos e passivos detidos pela companhia que não apareçam em seu balanço patrimonial.

- ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Não existem ativos e passivos detidos pela companhia que não apareçam em seu balanço patrimonial.

<p>iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços</p> <p>Não existem ativos e passivos detidos pela companhia que não apareçam em seu balanço patrimonial.</p>
<p>iv. contratos de construção não terminada</p> <p>Não existem ativos e passivos detidos pela companhia que não apareçam em seu balanço patrimonial.</p>
<p>v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos</p> <p>Não existem ativos e passivos detidos pela companhia que não apareçam em seu balanço patrimonial.</p>
<p>b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras</p> <p>Não se aplica. Não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.</p>
<p>10.6. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8, os diretores devem comentar:</p> <p>Não se aplica. Não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.</p>
<p>a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor</p> <p>Não se aplica. Não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.</p>
<p>b. natureza e o propósito da operação</p> <p>Não se aplica. Não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.</p>
<p>c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação</p> <p>Não se aplica. Não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.</p>
<p>10.7. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:</p>

a. investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Pela própria natureza da atividade de uma distribuidora de gás, os investimentos são contínuos e consistem basicamente na massificação da utilização do gás natural dentro do perímetro da concessão (expansão e renovação de rede de gás natural canalizado, na área de concessão determinada no Contrato de Concessão firmado com o Estado do Rio de Janeiro).

Em 2016, foram investidos R\$ 257.037 mil na operação da Companhia, montante -3,7% inferior ao mesmo período do ano anterior, no qual o total dos investimentos operacionais chegaram a R\$ 266.915 mil.

A maior redução (16,47%) ocorreu principalmente nos investimentos destinados à Expansão de rede, que em 2015 somaram R\$ 108.185 mil e em 2016 resultaram em R\$ 90.368 mil. O principal motivo foi uma maior demora nos procedimentos para obtenção de licenças de obras e ambientais necessárias às obras dos projetos de expansão para os Municípios de Maricá e Mangaratiba.

A maior parte dos investimentos realizados pela Companhia em 2016, no montante de R\$ 139.164 mil, e que corresponde a 54,1% do total dos investimentos, foi destinada à Conversão e Renovação de Redes, obras relacionadas principalmente ao remanejamento de redes, à manutenção das tubulações de gás, estações de medição e regulagem e outros ativos da Companhia. Com relação ao ano anterior, a Companhia aumentou em 4,59% esses investimentos, que totalizaram naquele período R\$ 133.051 mil.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

Geração de caixa da Companhia, financiamento junto a instituições multilaterais de crédito como o BNDES e captação de recursos também junto à bancos comerciais.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Com a conclusão do projeto de conversão do gás manufacturado para gás natural em 2007, foram desativadas estações de gás manufacturado.

Em 2008, 2009 e 2011 não houve desinvestimentos.

Em 2010 foi realizado o registro contábil da venda do terreno onde se localizava a filial de Botafogo.

Em 2012, 2013, 2014, 2015 e 2016 não houve desinvestimentos.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Os investimentos anuais previstos para expansão de rede (massificação da utilização do gás natural dentro do perímetro da concessão) englobam a aquisição de equipamentos, tubulações e outros ativos diretamente relacionados à atividade da Companhia, visando a ampliação da capacidade produtiva.

c. novos produtos e serviços, indicando:

Não há desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não há desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não há desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

Não há desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não há desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

10.8. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

Não há outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.